

GERENCIAMENTO INTEGRADO DO PROJETO DA BACIA DO RIO PUTUMAYO-IÇÁ

**ESTRUTURA DE PLANEJAMENTO PARA POVOS INDÍGENAS
(DOCUMENTO EM CONSTRUÇÃO CONTÍNUA)**

AGÊNCIA EXECUTORA

Sociedade de Conservação da Vida Selvagem - WCS

Abril de 2023

Bogotá - Colômbia

Conteúdo

1. Introdução	4
2. Objetivos da Estrutura de Planejamento dos Povos Indígenas	4
3. Descrição do projeto	5
3.1 Área de implementação do projeto	5
3.2 População beneficiária	6
3.3 Objetivos e componentes do projeto que vinculam os povos indígenas	7
3.3.1 Componente 1: Fortalecimento da governança e da capacidade de tomada de decisões informadas para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos - GIRH	8
3.3.2 Componente 2: Melhoria das principais intervenções de gerenciamento para a IWRM compartilhada	10
3.3.3 Componente 3: gerenciamento, monitoramento e avaliação do projeto.	11
4. Avaliação social	12
4.1 Linha de base sobre povos indígenas	12
4.1.1 Dados demográficos	12
4.1.2 Acesso à infraestrutura de serviços	13
4.2 Características sociais, culturais e políticas	14
4.2.1 Conhecimento local e uso integrado da floresta	14
4.2.2 Medicina tradicional	14
4.2.4 Reciprocidade e sistemas de suporte	15
4.2.5 de governança dos povos indígenas	15
4.3 Atividades produtivas e econômicas predominantes, ligadas a recursos naturais	17
4.3.1 Pesca	17
4.3.2 Colheita de madeira	18
4.3.3 Caça	18
4.3.4 Produção agrícola	19
4.3.5 Extração de recursos não madeireiros	19
4.4 Ocupação atual do território	19
4.5 Regime de posse da terra	20
5. Estrutura jurídica internacional e nacional	21
5.1 Instrumentos internacionais aos quais os países aderiram	21
5.2 Estrutura jurídica por país	23
5.2.1 Participação e acesso à informação	23
5.2.2 Consulta aos povos indígenas	24
6. Estrutura para a identificação das partes interessadas e desenvolvimento do processo de participação dos povos indígenas na preparação e implementação do projeto	26
6.1 Identificação das partes interessadas	26
Grupos vulneráveis e desfavorecidos	28
6.2 Processos de participação dos povos indígenas	29
6.2.1 Fases da socialização	29
6.2.2 Estruturação de mensagens e conteúdo para socialização Fases 2 e 3	31
6.2.3 Canais e mecanismos de comunicação	32
7. Identificação e análise de impactos e riscos sociais	35
7.1 Possíveis impactos positivos do Projeto	35
7.2 Riscos potenciais do projeto e estratégias de mitigação	35
8. Diretrizes para a elaboração de planos de povos indígenas - IPP	46

8.1 Participação de povos indígenas no projeto	46
8.2 Diretrizes para a elaboração de Planos dos Povos Indígenas - PPIs	47
8.3 Mecanismo de monitoramento participativo e disseminação do IPP	49
9. Mecanismos para lidar com reclamações, reivindicações e resolução de conflitos	50
9.1 Princípios	50
9.2 Mecanismos para registrar uma e uma queixa	51
9.3 Tratamento de reclamações e queixas.....	51
10. Arranjos institucionais	55

1. Introdução

Este documento apresenta a Estrutura de Planejamento dos Povos Indígenas (IPPF) para o projeto "Gestão Integrada da Bacia do Rio Putumayo-Içá", em conformidade com a política operacional 4.10 Povos Indígenas¹, como parte do processo de conformidade com Padrões Sociais e Ambientais do Banco Mundial (WB) pela Wildlife Conservation Society (WCS), como agência executora regional.

O IPPM inclui a descrição das atividades do projeto que envolvem povos e territórios indígenas, a identificação de riscos potenciais, a definição de diretrizes para a avaliação social de ações que envolvem territórios indígenas, a estrutura para a identificação de partes interessadas e o desenvolvimento de um processo de informação, o processo de consulta e participação na preparação e implementação das ações da Iniciativa que envolvem territórios indígenas, a definição de arranjos institucionais para a preparação, disseminação, relatório, acompanhamento e atenção ao mecanismo de reclamações e queixas (CRM) dos Planos de Ação dos Povos Indígenas do Banco Mundial, os instrumentos para a proteção dos direitos individuais e coletivos dos povos indígenas, os instrumentos para a disseminação, relatórios, acompanhamento e atenção ao mecanismo de queixas e reclamações (MAQR) dos Planos de Ação dentro da Estrutura de Políticas para Povos Indígenas do Banco Mundial, os instrumentos para a proteção dos direitos individuais e coletivos das comunidades e povos indígenas, a caracterização sociodemográfica e cultural dos povos e territórios indígenas que podem ser afetados pelas atividades implementadas e as medidas para garantir seu acesso equitativo aos benefícios do projeto.

É importante observar que esse documento estará em constante mudança e será atualizado de acordo com os diferentes estágios de disseminação do projeto em cada uma das comunidades e povos indígenas diretamente envolvidos na implementação das atividades do projeto, portanto, será atualizado durante todo o período de implementação do projeto, conforme necessário.

2. Objetivos da estrutura de planejamento dos povos indígenas

De acordo com o Padrão 7 do Banco Mundial "Povos Indígenas, Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Mal Atendidas na África"², todos os projetos que afetam comunidades indígenas exigem que o mutuário, neste caso a WCS, realize um processo de socialização prévio, significativo e informado. Nesses casos, devem ser incluídas medidas para: a) evitar possíveis impactos adversos sobre as comunidades indígenas ou b) quando não for possível evitá-los, minimizá-los, atenuá-los ou compensá-los.

Para esse fim, o Mutuário, neste caso a WCS, ou aqueles que implementam subprojetos ou consultorias no âmbito do Projeto devem avaliar a natureza e a extensão dos possíveis impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais diretos e indiretos sobre os povos indígenas e as comunidades locais tradicionais presentes na área do projeto ou com um vínculo coletivo com ela; a fim de desenvolver uma estratégia para garantir a participação dos povos potencialmente afetados na elaboração e implementação do projeto. O acima exposto, assegurando que essa estratégia seja culturalmente apropriada e inclusiva a partir de uma perspectiva intergeracional e de gênero.

¹ Esta política contribui para a missão do Banco de redução da pobreza e desenvolvimento sustentável, garantindo que o processo de desenvolvimento seja realizado com total respeito à dignidade, aos direitos humanos, às economias e às culturas dos povos indígenas.

² Banco Mundial, 2018. Povos Indígenas Historicamente Negligenciados Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais da África. 22 p.

Nesse contexto, o MPPI é apresentado como um instrumento estratégico para a definição das diretrizes e procedimentos a serem observados nas diferentes atividades do projeto, bem como na formulação dos Planos para os Povos Indígenas que possam ser necessários no âmbito da implementação do Projeto GEF Putumayo-Içá, especificamente quando suas ações forem executadas nos territórios dos povos indígenas que vivem na Bacia e/ou nos quais seus membros sejam beneficiários diretos ou partes interessadas, uma vez que a avaliação social determine os impactos e as medidas a serem executadas, de acordo com cada uma das comunidades indígenas vinculadas ao projeto GEF Bacia do Rio Putumayo-Içá.

É importante destacar que o MPPI possibilita, por meio da participação informada, a obtenção do consentimento ou apoio informado dos povos indígenas, a determinação de possíveis impactos e medidas de mitigação, a inclusão de suas perspectivas, interesses e realidades, para garantir que essas comunidades recebam equitativamente os benefícios sociais e/ou econômicos gerados pelo Projeto, de forma adequada e oportuna e com uma abordagem intercultural. O acima exposto, garantindo o pleno respeito aos direitos dos povos indígenas durante todo o processo de gerenciamento e implementação do Projeto.

Além disso, o MPPI busca atingir os seguintes objetivos:

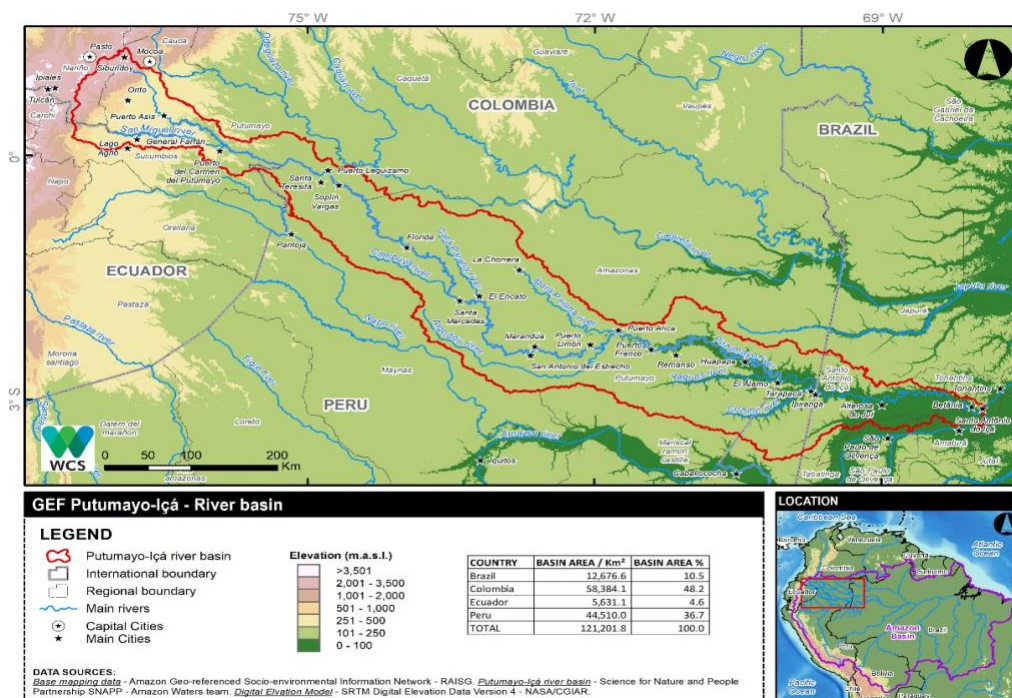
- Estabelecer processos e diretrizes para garantir que a formulação e a implementação do projeto cumpram as exigências nacionais, internacionais e dos Padrões Ambientais e Sociais (ESS) aplicáveis do Banco Mundial com relação à participação dos povos indígenas.
- Definir mecanismos, estratégias e ações para a prevenção, redução e mitigação dos possíveis impactos negativos que possam surgir e maximizar os possíveis benefícios do projeto.
- Gerar diretrizes para a participação e a comunicação adequadas entre os executores do projeto e os beneficiários, gerando condições de capacitação e sustentabilidade dos processos.

3. Descrição do projeto

3.1 Área de implementação do projeto

O projeto será implementado na bacia do rio Putumayo-Içá, o décimo maior afluente do rio Amazonas, com aproximadamente 2.000 km. Sua bacia hidrográfica abrange 118.000 km², aproximadamente 1,7% da bacia amazônica, nos países da Colômbia, Equador, Peru e Brasil, onde deságua no rio Amazonas, conectando as montanhas dos Andes com uma intrincada rede de rios, lagos e florestas inundadas (Figura 1). Ao longo de seu curso, o Putumayo-Içá recebe água dos rios Yaguas e Cotuhé, duas das bacias hidrográficas com maior biodiversidade do mundo. Dos grandes rios da Amazônia, o Putumayo-Içá é provavelmente o único que permaneceu como um rio de fluxo livre, considerando a inexistência de planos hidrelétricos ao longo de seu curso.

Em termos político-administrativos, a bacia abrange quatro (4) Estados Nacionais: Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Dependendo da ordem político-administrativa de cada país, a área envolvida no projeto afeta, de alguma forma, quatro departamentos, cinco províncias e, em nível local, quatro distritos, 29 municípios, 6 cantões e 17 paróquias (Tabela 1).



Mapa 1 Bacia do rio Putumayo - Içá. Fonte: WCS, 2020.

Tabela 1: Jurisdições político-administrativas relacionadas ao projeto

País	Unidades político-administrativas
Brasil	Estado: Amazonas Municípios: Amaturá, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Benjamim Constant, Tonantins.
Colômbia	Departamentos: Nariño, Putumayo e Amazonas Municípios: El Encanto, La Chorrera, Leticia, Puerto Alegría, Puerto Arica, Puerto Nariño, Puerto Santander, Puerto Santander, Tarapacá, Córdoba, Funes, Ipiales, Potosí, Puerres, Pasto, Colón, Mocoa, Orito, Puerto Asís, Puerto Caicedo, Puerto Leguizamo, San Francisco, San Miguel, Santiago, Sibundoy, Valle del Guamuéz, Villagarzón.
Equador	Paróquias: El Dorado de Cascales, Santa Rosa de Sucumbios, Sevilla, Cuyabeno, Puerto Libre, Dureno, General Farfan, Jambeli, Nueva Loja, Pacayacu, Santa Cecilia, Palma Roja, Puerto Bolivar, Puerto el Carmen del Putumayo, Puerto Rodriguez, Santa Elena, Rosa Florida.
Peru	Distritos: Putumayo, Rosa Panduro, Teniente Manuel Clavero, Yaguas.

3.2 População beneficiária

Estima-se que aproximadamente 45% da bacia seja composta por territórios indígenas dos povos Murui Muina, Bora, Miraña, Ocaina, Kichwa, Yagua, Tikuna, Maijuna, Secoya, Cofan, Cocama, Resigaró, Witoto, Tupi-Guaraní, Peba-Yagua, Quechua e Tucano; organizados em 153 comunidades e 60 resguardos (Tabela 2).

Tabela 2. 1 Número de comunidades indígenas e resguardos na Bacia do Putumayo-Içá.

País	Comunidades	Resguardos
Brasil	55	
Colômbia		60
Equador	19	
Peru	79	
Total	153	60

Além disso, dentro e nas proximidades da bacia média do rio Putumayo Içá, sabe-se da presença de dois povos indígenas em isolamento (PIA)³ confirmados no Parque Nacional Natural Río Puré, e há indícios de pelo menos mais quatro povos que ainda não foram confirmados. Desses, um está localizado ao sul do rio Putumayo, na fronteira entre a Colômbia e o Peru, e pelo menos três estão mais ao norte, na bacia hidrográfica dos rios Putumayo e Caquetá, na reserva Predio Putumayo.

Em termos demográficos, a bacia inclui algumas das comunidades mais remotas, economicamente desfavorecidas e vulneráveis, com a menor densidade populacional. Com relação a essa última variável, os dados demográficos da região estão disponíveis apenas parcialmente, devido ao seu afastamento e à dispersão de informações entre as fronteiras nacionais. Entretanto, foi estabelecido que a densidade populacional total da bacia é <14 habitantes/km², com flutuações entre 75,4 habitantes/km² nas capitais municipais colombianas e menos de <5 habitantes/km² no território brasileiro. A população indígena e afrodescendente que será afetada pelo projeto é estimada em 71.052 pessoas, distribuídas por país da seguinte forma (Tabela 3):

Tabela 3.2 Distribuição da população em comunidades e resguardos. Fonte: Censo oficial.

País	Número de pessoas
Brasil	11.534
Colômbia	38.436
Equador	15.843
Peru	5.239
Total	71.052

É importante destacar que os povos indígenas habitam a região há milhares de anos e, atualmente, a maior parte da população vive na parte central da bacia. Na segunda metade do século passado, a parte superior da bacia recebeu grandes influxos de outros grupos indígenas (Nasa, Awá, Pastos, Emberá-Chami, Emberá-Katio, Yanakona, entre outros) e de populações migrantes camponesas e afro-colombianas. Alguns desses grupos chegaram à área deslocados pela violência. Seus meios de subsistência tradicionais giram em torno da pesca, caça, produtos florestais madeireiros e não madeireiros e agricultura, enquanto atividades como a mineração artesanal ilegal e o plantio de culturas ilícitas estão aumentando em diferentes áreas.

3.3 Objetivos e componentes do projeto que vinculam os povos indígenas

O projeto aumentará a capacidade do Brasil, da Colômbia, do Equador e do Peru de trabalhar coletivamente para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos hídricos e hidrobiológicos, mobilizando ações locais, subnacionais, nacionais e multinacionais para uma intervenção abrangente que fortaleça o conhecimento e a governança na Bacia do Putumayo-Içá. Em particular, fortalecerá a capacidade de gerenciamento organizacional das comunidades locais e entidades públicas; facilitará a geração, o gerenciamento, a disseminação e o intercâmbio sistemático de conhecimento e informações entre setores e níveis de governo.

³ Povos isolados são "povos indígenas ou segmentos de povos indígenas que não mantêm contato regular com a população majoritária e que também tendem a evitar qualquer contato com pessoas de fora". Fonte: Equipe de Conservação da Amazônia, comunicação pessoal; com base em "Diretrizes da ONU para a Proteção de Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial na Região Amazônica, Gran Chaco e Paraguai Oriental: Resultado das Consultas do OHCHR na Região: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela" (maio de 2012).

partes interessadas; possibilitar o diálogo, a cooperação e a coordenação eficazes nos níveis regional e transfronteiriço; promover e apoiar a adaptação, a implementação, o gerenciamento e o monitoramento da eficiência das políticas locais, nacionais e regionais; promover diferentes abordagens para lidar com os possíveis impactos da poluição da água por mercúrio e outros poluentes provenientes de atividades legais e ilegais; e identificar e fortalecer o gerenciamento sustentável dos recursos hídricos e dos ecossistemas, incluindo abordagens baseadas no mercado e não baseadas no mercado.

Também apoiará as comunidades, inclusive os povos indígenas, cujos meios de subsistência foram afetados por doenças e/ou medidas de distanciamento social para evitar a disseminação da Covid-19, por meio de atividades geradoras de emprego/subsistência, como vigilância comunitária e sistemas produtivos. Por fim, destaca-se que as ações relacionadas ao conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisões terão um escopo de toda a bacia; no entanto, os investimentos-piloto serão feitos por meio de subprojetos em locais que foram tecnicamente priorizados, mas cuja localização exata será determinada no projeto.

Para atingir esses objetivos, o projeto tem dois componentes técnicos e um terceiro componente que estabelece ações para o gerenciamento, o monitoramento e a avaliação do projeto, incluindo a estratégia de comunicação. Nesses componentes e em suas diferentes atividades, a participação e o envolvimento dos povos indígenas como partes interessadas foram identificados como prioridade⁴, conforme apresentado a seguir.

3.3.1 Componente 1: Fortalecimento da governança e da capacidade de tomada de decisões informadas para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (IWRM).

Por meio das atividades desse componente, o projeto fortalecerá as condições para a gestão compartilhada dos recursos hídricos da Bacia por meio de estruturas de governança aprimoradas e de um sistema de gestão do conhecimento projetado e implementado para melhorar as informações acessíveis que atendam à natureza multicultural, multigeracional e multissetorial da Bacia.

Esse componente tem dois subcomponentes. O primeiro, "**Conhecimento tradicional e científico**", busca melhorar o acesso ao conhecimento relevante para apoiar uma melhor tomada de decisão e informar ações colaborativas para a GIRH. Um elemento essencial será o projeto e o desenvolvimento de um sistema de gestão do conhecimento que colete, sistematize, gere e compartilhe o conhecimento relevante produzido em diferentes escalas e que seja acessível a diversos públicos e partes interessadas, dentro dos quais os povos indígenas são priorizados. Nesse sentido, para a concepção e o desenvolvimento do sistema de gestão do conhecimento, será promovido um processo participativo com as comunidades locais e as estruturas de

⁴ Para os fins deste documento, de acordo com o EAS 10 do Banco Mundial (World Bank, 2016), "Parte interessada" é definida como indivíduos ou grupos que:

- a) são afetados ou podem ser afetados pelo projeto (partes afetadas pelo projeto), inclusive as partes que podem ser afetadas por impactos reais ou riscos potenciais ao seu ambiente físico, saúde, segurança, práticas culturais, bem-estar ou meios de subsistência. Essas partes interessadas podem incluir indivíduos ou grupos, bem como comunidades locais,
- b) têm maior probabilidade de serem afetados pelos impactos do projeto ou que podem ser mais limitados do que outros em sua capacidade de aproveitar os benefícios do projeto (grupos vulneráveis e desfavorecidos),
- c) podem ter interesse no projeto (outras partes interessadas), o que pode ser devido à sua localização, características, impactos ou aspectos de interesse público. Eles podem incluir, por exemplo, reguladores, funcionários do governo, o setor privado, a comunidade científica, acadêmicos, organizações de mulheres, outras organizações da sociedade civil e grupos culturais.

governança local, durante a qual as informações existentes e as necessidades de informações adicionais (lacunas) serão identificadas, e haverá progresso na compilação de conhecimentos prioritários para a tomada de decisões de IWRM, dentro da qual a recuperação endógena do conhecimento tradicional pelas comunidades indígenas em relação ao gerenciamento sustentável de recursos foi priorizada, e discussões interculturais e interdisciplinares serão promovidas para recuperar, valorizar, reconhecer e integrar o conhecimento tradicional nas atividades de gerenciamento sustentável de recursos.

Por outro lado, com base na análise da lacuna de conhecimento e por meio do diálogo entre as partes interessadas no projeto, em especial os tomadores de decisão que usarão as informações (comunidades indígenas e locais, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil), serão desenvolvidas diretrizes para garantir que o conhecimento, as informações e os dados prioritários estejam disponíveis por meio de plataformas e mecanismos de compartilhamento de conhecimento existentes.

O projeto também apoiará a coleta e a sistematização de informações e dados identificados como prioritários para o sistema de gerenciamento de informações que ainda não existem nas plataformas atuais. Isso incluirá pesquisas e estudos científicos, bem como conhecimento tradicional, envolvendo as comunidades locais na coleta e análise de dados. Para isso, foi dada prioridade à capacitação das comunidades para a realização de pesquisas relacionadas aos ecossistemas em que vivem e aos recursos naturais dos quais dependem. E, com base na experiência da WCS com a Iniciativa Águas Amazônicas (AWI) e o projeto Ciência Cidadã para a Amazônia, buscará alinhar protocolos e desenvolver diretrizes e metodologias para monitoramento e pesquisa dentro e entre os quatro países; socializar e treinar atores e autoridades locais na implementação do monitoramento sistemático; analisar e divulgar os resultados do monitoramento em todos os níveis.

Além disso, dentro estratégias para garantir a participação e o envolvimento dos povos indígenas, o projeto promoverá eventos de troca de conhecimentos comunitários, para fortalecer o diálogo e o intercâmbio entre as comunidades indígenas da bacia, discutir questões de interesse comum, fortalecer valores culturais, apoiar a troca de conhecimentos intergeracionais e fortalecer suas capacidades; assegurando que esses espaços respondam às necessidades e ao contexto local, promovam o bem-estar social, a sobrevivência cultural e a conservação do território dos povos indígenas amazônicos. Por meio dessas atividades, contribuirá para abordar a questão da perda de conhecimento tradicional em um ritmo alarmante com a migração de jovens e a morte de anciãos (atualmente agravada pela pandemia da COVID-19).

Por fim, a capacitação local para a gestão do conhecimento será realizada por meio do trabalho com tomadores de decisão, comunidades locais e povos indígenas para melhorar as capacidades existentes de gestão do conhecimento por meio de treinamento na forma de workshops ou cursos sobre a interpretação das informações e seu uso para a tomada de decisões.

Por outro lado, o segundo subcomponente, "**Governança para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos**", terá como objetivo fortalecer a governança multinível e multissetorial como condição essencial para a GIRH na bacia e promover o acesso equitativo para mulheres e outras populações vulneráveis. O projeto ajudará as comunidades indígenas, camponesas e ribeirinhas, bem como as instituições locais, as autoridades ambientais, as organizações, o setor público e as instituições de pesquisa a se organizarem e se unirem.

Isso incluirá o projeto e a implementação de uma série de eventos e workshops orientados por metodologias participativas que reconheçam o ambiente multicultural e de múltiplas partes interessadas da bacia, promovendo a participação indígena, o equilíbrio de gênero e o empoderamento de representantes mulheres. O diálogo e os acordos por meio dos grupos de trabalho resultarão em um plano de ação estratégico acordado para a bacia que reflita a visão compartilhada.

3.3.2 Componente 2: aprimoramento das principais intervenções de gerenciamento para a GIRH compartilhada.

Por meio desse componente, o projeto promoverá diferentes abordagens para lidar com os possíveis impactos da contaminação da água por mercúrio e outros poluentes provenientes de atividades legais e ilegais; e identificará e fortalecerá o gerenciamento sustentável dos recursos hídricos e dos ecossistemas, incluindo abordagens baseadas no mercado e não baseadas no mercado. O projeto também apoiará as comunidades cujos meios de subsistência foram afetados por doenças e/ou medidas de distanciamento social para evitar a disseminação da Covid-19, por meio de atividades geradoras de emprego/vida, como policiamento comunitário e sistemas produtivos.

Especificamente, o subcomponente "Poluição da água e do meio ambiente associada ao mercúrio e a outros poluentes" projetará e apoiará a implementação de uma estratégia regional para a prevenção e o controle da poluição da água por mercúrio e outros poluentes liberados por atividades legais e ilegais em toda a bacia, por meio de pilotos em locais selecionados. A elaboração da estratégia e a implementação de pilotos serão baseadas no sistema de gerenciamento de conhecimento do projeto e nos esforços de colaboração existentes na bacia com os povos indígenas, entre outras partes interessadas relevantes. Como ferramenta para atividades de prevenção e controle, um sistema de alerta antecipado será projetado para identificar rapidamente eventos como derramamentos de petróleo ou produtos químicos que alterem a qualidade da água e afetem a disponibilidade dos recursos associados para as comunidades locais. Essa estratégia também permitirá que as comunidades locais identifiquem mudanças na qualidade da água usando equipamentos de detecção básicos confiáveis, de baixo custo e baixa manutenção, além de protocolos de monitoramento participativo.

Por outro lado, a participação ativa dos povos indígenas nos esforços conjuntos de prevenção e controle foi priorizada, especialmente: (i) a formulação de um plano de ação regional para prevenção e controle conjuntos, incluindo monitoramento, assistência técnica, trabalho comunitário e treinamento em questões relacionadas à poluição da água e seus impactos; e (ii) o estabelecimento de um sistema de alerta precoce para identificar rapidamente a presença de hidrocarbonetos na água (derramamentos de óleo), que será projetado de forma a permitir que as comunidades locais identifiquem alterações na qualidade da água usando equipamentos de detecção básicos confiáveis, de baixo custo e baixa manutenção e protocolos de monitoramento participativo.

Além disso, serão realizados o projeto e a implementação de pilotos de remediação, restauração e mitigação, com base nas informações coletadas em outras atividades do projeto e na caracterização participativa de locais contaminados. A seleção do local usará critérios de importância, urgência e oportunidade, incluindo benefícios para as comunidades locais, adaptabilidade às condições locais, viabilidade de adoção e implementação pelas comunidades locais e sustentabilidade. Essas atividades serão

acordados com as comunidades locais para garantir sua participação ativa. É importante enfatizar que o acordo sobre as atividades será de particular importância para as comunidades indígenas e será realizado levando em consideração a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais e o Padrão 7 do Banco Mundial, bem como as políticas relevantes para o consentimento livre e informado em cada país.

Para garantir a utilização e o benefício do sistema de alerta precoce para as comunidades locais, de modo que elas possam tomar medidas preventivas no caso de um alerta de poluição, o projeto fortalecerá a capacidade das comunidades locais de adotar e implementar práticas para atenuar os possíveis impactos. Além disso, materiais de divulgação sobre as melhores práticas para atenuar os possíveis impactos da exposição a vários poluentes serão desenvolvidos como parte de uma campanha educacional abrangente que será projetada para as comunidades mais expostas e vulneráveis a eventos de poluição, levando em conta as características culturais dos diferentes povos indígenas, incluindo seus próprios idiomas.

Por outro lado, o segundo subcomponente "**Gestão sustentável e cadeias de valor para recursos naturais selecionados**" promoverá práticas de gestão sustentável e cadeias de valor para recursos hidrobiológicos selecionados em locais-piloto e apoiará o desenvolvimento de atividades-chave para a segurança alimentar das comunidades locais, como lotes agrícolas locais -chagras-, pequenas fazendas de peixes com espécies nativas, entre outros, buscando assim compensar os efeitos negativos da pandemia da COVID-19. Além disso, o apoio será fornecido por meio de: i) fortalecimento das capacidades organizacionais (treinamento de líderes comunitários no manejo de espécies em cativeiro); ii) consultoria técnica em parceria com institutos de pesquisa e agências de pesca; e iii) construção da infraestrutura necessária. Essas atividades serão definidas em conjunto com os povos indígenas, com o objetivo de garantir que sejam culturalmente apropriadas.

Por outro lado, será realizada a elaboração participativa de planos e acordos de gestão da pesca, com foco em planos de gestão local que incluam acordos entre associações e comunidades em pelo menos mais de um país; e serão realizadas atividades estratégicas, como uma análise do impacto da pandemia de Covid-19 no consumo e na comercialização da vida selvagem. Também haverá progresso na elaboração de planos de gestão para produtos florestais não madeireiros (NTFPs), como alternativas econômicas para as comunidades locais; e planos de gestão com uma abordagem regional serão formulados para os produtos priorizados como um insumo para fortalecer as cadeias de valor.

Para garantir a participação efetiva dos povos indígenas, o projeto fortalecerá as capacidades das partes interessadas no gerenciamento sustentável de recursos para as espécies prioritárias de peixes e PFNMs, com ênfase na capacitação para gerar associatividade nas comunidades; e fortalecerá as cadeias de valor de peixes prioritários e produtos de PFNMs atualmente comercializados na bacia do Putumayo-Içá.

3.3.3 Componente 3: gerenciamento, monitoramento e avaliação do projeto.

Esse componente apoia atividades transversais destinadas a fortalecer a coordenação, a comunicação, o gerenciamento e o monitoramento e a avaliação (M&E) do projeto. Seu objetivo é garantir a eficiência e a eficácia do projeto por meio do estabelecimento de um sistema de gerenciamento satisfatório e da manutenção dos mecanismos participativos do projeto.

Isso inclui a elaboração e a implementação da estratégia de comunicação, que visa garantir que o conhecimento gerado pelo projeto chegue aos públicos-alvo por meio de idiomas e formatos apropriados, levando em conta abordagens étnicas e de gênero, e com o objetivo de servir como insumo para o planejamento, a gestão e a formulação de políticas e a tomada de decisões. Uma das linhas de ação priorizadas na estratégia de comunicação é a comunicação comunitária, voltada para os beneficiários do projeto a fim de gerar apropriação do projeto e das ações de conservação propostas, promovendo espaços e canais de comunicação gerenciados por e para as comunidades locais para socializar o progresso do projeto. A comunicação comunitária será participativa e inclusiva, buscando capacitar adicionalmente os beneficiários em técnicas e ferramentas de comunicação para melhor transmitir suas atividades e processos; e, nesse sentido, será contemplado o uso dos idiomas próprios dos povos indígenas, caso o espanhol ou o português não seja o idioma utilizado pela maioria.

4. Avaliação social

4.1 Linha de base sobre povos indígenas

Aproximadamente 45% da superfície da bacia corresponde a territórios indígenas dos povos Murui Muina, Murui, Bora, Miraña, Miraña, Ocaina, Kichwa, Yagua, Tikuna, Maijuna, Secoya, Cofan, Cocama, Resigaró, Witoto, Tupi-Guaraní, Pebá-Yagua, Quechua e Tucano (Anexo 1). A linha de base dos povos indígenas da bacia do Putumayo Ica é apresentada a seguir, em termos demográficos, sociais, culturais e políticos.

4.1.1 Dados demográficos

Em termos demográficos, a densidade populacional geral da bacia é de <14 pessoas/km². As maiores densidades⁵ ocorrem nos quatro municípios colombianos do alto Putumayo, e as menores densidades são registradas no Amazonas (Colômbia) e na província peruana de Putumayo, com 1 habitante a cada 7 km² e 1 habitante a cada 10 km², respectivamente ⁶. A Tabela 4 apresenta a densidade em nível de departamentos, províncias ou municípios nos quatro países.

Tabela 4. densidade populacional por unidade político-administrativa nos 4 países.

Unidade Político-Administrativa		País	Densidade - habitante/km ²
Departamento	Nariño	Colômbia	51.9
Departamento	Putumayo	Colômbia	13.6
Província	Sucumbíos	Equador	12.5
Município	Amaturá	Brasil	2.4
Município	São Paulo de Olivença	Brasil	2
Município	Santo Antônio do Içá	Brasil	1.8
Departamento	Amazon	Colômbia	0.7
Província	Putumayo	Peru	0.1

⁵ Plan de Ordenación y Manejo de la Cuenca Alta del Río Putumayo; Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonia-CorpoAmazonia, 2009. Ministério do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial.

⁶Veja, por exemplo, Field Museum Rapid Biological and Social Inventories #25 (Pitman, N., E. Ruelas Inzunza, C. Vriesendorp, DF Stotz, T. Wachter, Á. del Campo, D. Alvira, B. Rodríguez Grández, RC Smith, AR Sáenz Rodríguez e P. Soria Ruiz, eds. 2013. Peru: Ere-Campuya-Algodón. Relatório de inventário biológico e social rápido 25. The Field Museum, Chicago). Y # 28 (Pitman, N., A. Bravo, S. Claramunt, C. Vriesendorp, D. Alvira Reyes, A. Ravikumar, Á. Del Campo, DF Stotz, T. Wachter, S. Heilpern, B. Rodríguez Grández, AR Sáenz Rodríguez e RC Smith, editores. 2016. Peru: Médio Putumayo-Cotton. Relatório de inventário biológico e social rápido 28. The Field Museum, Chicago. Observe que os dados estão disponíveis apenas parcialmente para a bacia devido ao seu afastamento, bem como aos conflitos em algumas das áreas pertencentes à Colômbia.

Os povos indígenas habitam a bacia há milhares de anos e, como mencionado acima, aproximadamente 45% da superfície da bacia corresponde a territórios indígenas dos povos Murui Muina, Murui, Bora, Miraña, Ocaina, Kichwa, Yagua, Tikuna, Maijuna, Secoya, Cofan, Cocama, Resigaro, Witoto, Tupi-Guaraní, Peba-Yagua, Quechua e Tucano.

Nos departamentos de Nariño, Putumayo e Amazonas, na Colômbia, a população indígena é de 295.279 habitantes e representa 17% da população total dos três departamentos. Sua maior parte está localizada em Nariño, porém, nesse departamento, ela representa apenas 16%, ao contrário do Amazonas, onde a população indígena representa mais de 86%. Na província de Sucumbíos, no Equador, a população indígena é estimada em 23.684 habitantes e representa 13% do total. Na província de Putumayo, departamento de Loreto, no Peru, a população indígena é estimada em 5.239 habitantes⁷ distribuídos em 57 comunidades, representando 93% da população em nível provincial. Para os municípios de Amaturá, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá, no Brasil, não havia informações disponíveis. A Tabela 5 apresenta estimativas da população indígena por grupo étnico na bacia⁸.

Tabela 5. Estimativa da população indígena por grupo étnico na bacia. Fonte: Atlas interativo das línguas do mundo em perigo. UNESCO

Povos indígenas/grupo étnico	Estimativa do número de habitantes
Cofan	1317
Madeira vermelha	1452
Kichwa	7200
Murui - Muinani	905
Ocaina	126 (número de palestrantes 5)
Maijuna	200
Bora	1000
Huitoto	10000
Carapana	63
Resigaro	2
Cocama	10762 792+
Yagua	4000
Ticuna	35000
Baniwa	5811

4.1.2 Acesso à infraestrutura de serviços

As condições socioeconômicas e a dinâmica da bacia hidrográfica variam na região. A maior parte da bacia hidrográfica é uma área quase totalmente sem estradas, com exceção da rede rodoviária nas partes superiores do Equador e da Colômbia, que dá suporte a cidades maiores e à exploração e extração de petróleo. Há voos ocasionais para as principais cidades nas partes média e baixa da bacia hidrográfica. A maioria das comunidades está localizada ao longo das margens de rios que podem ser navegados durante todo o ano, garantindo fácil acesso a ambos os lados da fronteira Peru-Colômbia e à Peru-Colômbia-Equador, bem como à jusante do Brasil. As comunidades geralmente obtêm sua água potável de rios, lagos, poços e córregos próximos. Apenas iluminação pública

⁷ WCS (2020). Diagnóstico das comunidades. Projeto GEF Putumayo.

⁸ Observa-se que as estimativas de população indígena fornecidas por diferentes fontes, como UNESCO, Banco de Dados de Povos Indígenas do Ministério da Cultura do Peru, Instituto Nacional de Estatística e Informática, diferem entre si devido a várias causas, entre elas a subjetividade de alguns indicadores para povos indígenas nos censos, limitações logísticas bacia, razões culturais que influenciam a resposta sobre a autoidentificação.

A eletricidade está disponível apenas em clínicas de saúde e nas casas de algumas famílias que têm seus próprios geradores. A parte central da bacia tem mais tráfego e comércio de recursos naturais (por exemplo, peixes, madeira e produtos não madeireiros) e produtos agrícolas do que a parte inferior.

4.2 Características sociais, culturais e políticas

As expressões culturais dos povos indígenas que habitam a bacia são descritas com base nas informações dos Inventários Biológicos Rápidos (RBI) realizados pelo Field Museum em diferentes setores da bacia. A Tabela 6 detalha o setor do inventário e os povos indígenas abordados em cada caso.

Tabela 6: Áreas e povos indígenas abordados no estudo do The Field Museum.

Setor IBR	Povos indígenas
Cabeçalho - Santuário de Plantas Orito Ingi Ande medicinal	Cofán, Inga, Siona, Kamentsa e Coreguaje
Güepi Cuyabeno	Secoya, Kichwa, Huitoto e população mestiça
Algodão Putumayo médio	Murui, Kichwa, Ocaina, Bora, Maijuna, Tikuna, Kukama, Yagua
Yaguas Cotuhé	Kichwa, Yagua, Bora, Huitoto e Tikuna e população mestiça na comunidade de Huapapa

4.2.1 Conhecimento local e uso integrado da floresta

Uma constante em todas as comunidades que participaram dos estudos é o amplo conhecimento sobre a diversidade agrícola, botânica e ictiológica de seus territórios, sobre as estações ou épocas apropriadas para o plantio de culturas, colheita de frutos da floresta, extração de madeira, caça e pesca, e percepções sobre mudanças climáticas que lhes permitem identificar eventos incomuns, como, por exemplo, em Yaguas-Cotuhé, as comunidades indicam ter identificado migrações incomuns de peixes e mudanças no ciclo hidrológico. Outro aspecto que se destaca é a constante transferência oral desse conhecimento ecológico tradicional de pais para filhos, indígenas ou mestiços.

Em Güepi - Cuyabeno, as comunidades Airo Pai mantêm um comportamento migratório em seu território ancestral, o que levou ao deslocamento de famílias de fora de seu território titulado e à preocupação das comunidades vizinhas. Nesse setor, foi observado o uso de artefatos e ferramentas tradicionais na vida cotidiana e o uso da cushma pelos homens Airo Pai. O uso de técnicas tradicionais de manejo, como chagras diversificadas, rotação de purmas, proibição de caça e pesca e regras de autocontrole, também foi identificado por meio de mitos e histórias orais (Field Museum, 2008). Nas comunidades localizadas entre os rios Yaguas, Cotuhé e Putumayo, há um profundo conhecimento dos ecossistemas aquáticos (lagos, córregos e rios) e dos organismos que neles vivem e, como em Güepi Cuyabeno, há um grande conhecimento das técnicas tradicionais de manejo compatíveis com a conservação, chagras diversificadas e hortas familiares e rotação da floresta secundária.

4.2.2 Medicina tradicional

Nas cabeceiras da bacia, os povos indígenas dos contrafortes amazônicos, entre eles os Cofán, Inga, Siona, Kamentsa e Coreguaje, mantêm o "Yagué", também conhecido como ayahuasca, como uma das mais fortes tradições xamânicas existentes atualmente no planeta. Atualmente, esse ritual foi estendido ao público urbano como uma alternativa terapêutica ou de cura com um importante componente espiritual e voltado especialmente para os não indígenas.

Em Putumayo, o conhecimento sobre plantas medicinais é muito difundido entre homens e mulheres e é transmitido oralmente. Durante o IBR, 120 espécies de plantas foram registradas como sendo usadas para tratar uta, malária, picada de cobra, picada de arraia, feridas, entorses, ossos quebrados, dores de estômago, febre etc. urtiga, aloe, sangue de grado, unha-de-gato, orégano, manjerição, malva, piripiri, kion, chuchuhuasha, alho-sacha, ojé, limão, cocona, tabaco e coca. Para o tratamento de doenças complexas, são coletadas árvores, cipós e samambaias, e aparentemente são praticadas orações para complementar os efeitos da planta. Também foi registrado o uso de argilas e gredas para cerâmica, usos recreativos/culturais e medicinais. O uso mais comum é em cerâmica; no entanto, essa prática está se perdendo, pois agora há utensílios de metal disponíveis. Os usos culturais/recreativos incluem pintura facial em carnavais. O uso medicinal das argilas é para o tratamento de febre, inflamação e inchaço, para absorver venenos de mordidas de animais, como arraias e cobras, e para dores na cintura.

4.2.3 Mitos e lendas

Em Güeppi - Cuyabeno, foram identificados 26 locais sagrados; os Airo Pai, Naporuna, Murui e mestiços os apontam como zonas proibidas ou áreas intangíveis. Como parte de sua cosmovisão, os animais, as árvores e os corpos d'água são representados por uma mãe ou um dono, que são apresentados como espíritos, na forma de enormes animais raros ou como duendes. O acesso aos produtos dos lugares requer rituais especiais ou a ajuda de um xamã. Os Airo Pai, por exemplo, respeitam as cochas encantadas e as "chagras do povo que come olhos", chamadas de Nacuano'a.

Na região do Putumayo, as comunidades se referem à presença de seres que regulam o uso da floresta, cuidam de lugares importantes, como lagos encantados, cabeceiras de córregos e floresta primária, e punem as pessoas que saqueiam os recursos de diferentes maneiras. As histórias mais frequentemente contadas referem-se ao yashingo, que aparece na floresta disfarçado de conhecido e engana as pessoas até que elas se percam na floresta, podendo levá-las cativas por longos períodos de tempo. O yanapuma, semelhante ao puma preto, guarda a floresta, os animais e os lagos de boi, e acredita-se que tenha propriedades mágicas e curativas. As jiboias-mãe das cochas (anacondas) podem gerar chuvas torrenciais e grandes ventos quando ficam furiosas e podem deixar as pessoas doentes. Essas histórias são transmitidas oralmente e são muito valorizadas pelos adultos e jovens das comunidades.

4.2.4 Reciprocidade e sistemas de apoio

Nas comunidades Güeppi - Cuyabeno, há relações recíprocas, por exemplo, eles compartilham o produto da colheita, da caça e da pesca entre seus membros. Essas relações são baseadas no parentesco; entretanto, nas comunidades mestiças, onde o parentesco não é tão forte como um vínculo social, a reciprocidade também é praticada. Em Yaguas-Cotuhé, os mecanismos de reciprocidade e as redes de apoio vão além da comunidade e permitem manter um sistema de igualdade entre os habitantes e a mão de obra para diferentes atividades. Em ambos os setores, a prática da minga também foi identificada, por exemplo, para trabalhar nas chagras.

4.2.5 Sistemas de governança dos povos indígenas

No primeiro nível, os povos indígenas da bacia estão organizados em 153 comunidades (55 no Brasil, 19 no Equador e 79 no Peru) e 60 resguardos na Colômbia. No segundo nível de organização, foram identificadas 32 organizações (4 no Brasil, 17 na Colômbia, 2 no Equador e 9 no Peru), as mais representativas em termos do número de comunidades ou resguardos que representam.

FECONAFROPU e FECOIBAP no Peru; OZIP na Colômbia e FEINCE no Equador. Deve-se observar que muitas comunidades não são representadas por essas organizações.

Em nível nacional, as organizações que representam os povos indígenas são: AIDSEP (Peru), ONIC (Colômbia), CONAIE (Equador) e COIAB (Amazônia brasileira, com coordenação regional para o Alto Solimões). Também foram identificadas organizações especificamente ligadas à gestão de áreas naturais protegidas, sendo representadas em nível nacional pela Associação Nacional de Executores de Contratos Administrativos do Peru - ANECAP.

Por outro lado, em nível regional, as organizações indígenas vinculadas ao projeto no Peru, Brasil, Colômbia e Equador são representadas pela Coordenadora Indígena de la Cuenca Amazónica (COICA)⁹. É importante destacar que a implementação do Projeto Putumayo-Icá será baseada no respeito à organização dos povos indígenas que vivem na Bacia, que têm uma liderança tradicional por meio de seus Conselhos de Anciãos, Governos Territoriais, entre outros, e são responsáveis pela representação para a tomada de decisões em assuntos que envolvem seus territórios e recursos naturais.

Com relação à participação das mulheres, em Güeppi - Cuyabeno e Yaguas - Cotuhé, observou-se que a participação das mulheres é ampla, na no ambiente familiar e comunitário, com participação notável nas Assembleias.

Na Colômbia, destacam-se as seguintes organizações de mulheres:

- i. Grupo de mulheres sábias Nimaïra Uaii Jagiyi Nimaïra Uaii Jagiyi, do grupo étnico Uitoto de La Chorrera, que administra a cura e a medicina por meio da palavra da coca, do tabaco e da mandioca doce,
- ii. Asociación de Mujeres Indígenas Ariana de la Comunidad de Puerto Nuevo, em Tarapaca, promovendo uma vocação produtiva para o chagra, sem perder os métodos rotativos da agricultura tradicional nem as tradições do grupo étnico Tikuna, ao qual maioria dos membros pertence. Entre seus principais projetos está a consolidação de uma de valor para a fariña de forma associativa e comunitária,
- iii. Asociación de Mujeres Comunitarias de Tarapacá - ASMUCOTAR (Associação de Mulheres Comunitárias de Tarapacá - ASMUCOTAR), composta por 30 mulheres, com foco principal no trabalho com árvores frutíferas amazônicas, como o camu-camu.
- iv. Associação de Mulheres Indígenas ASOMI¹⁰, que busca contribuir para a construção da paz territorial no Departamento de Putumayo por meio do fortalecimento da medicina indígena, do resgate do chagra medicinal e do reconhecimento das mulheres da Amazônia colombiana.

No Brasil, por outro lado, há a Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT) de Porto Cordeirinho, a Associação dos Witotas do Alto Solimões, a Organização Geral das Mulheres Indígenas Tikuna do Alto Solimões e a MOWACTHA - Associação de Mulheres Indígenas Ticuna da Comunidade de Parapara I¹¹. No Peru, destaca-se a Organização Nacional das Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru (ONAMIAP), que se concentra em promover participação de

⁹ WCS (2021). Plano de Engajamento das Partes Interessadas - Projeto de Gestão Integrada da Bacia do Rio Putumayo - Içá.

¹⁰ Ortiz, Claudia E. 2019. Asociación de Mujeres Indígenas Chagra de la Vida ASOMI. Un referente de construcción de Paz territorial en el departamento del Putumayo. Universidade Nacional da Colômbia. 60 p. Em: <http://www.bivipas.unal.edu.co> Acesso em: 11 de novembro de 2020.

¹¹ Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Lista_de_organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas Acesso em: 11 de novembro de 2020.

mulheres indígenas e o cumprimento de seus direitos individuais e coletivos, por meio do fortalecimento das organizações de base, da revalorização de seus conhecimentos ancestrais e da defesa da agenda pública em nível local, regional, nacional e internacional. No caso do Equador, não foram encontradas informações sobre organizações ou associações de mulheres indígenas na Bacia do Putumayo-Içá. Nesse sentido, o projeto buscará identificar e compilar essas informações durante as primeiras fases de sua implementação.

4.3 Atividades produtivas e econômicas predominantes ligadas a recursos naturais:

Em termos gerais, a economia de Putumayo-Içá tem sido muito dinâmica e geralmente determinada por um produto ou atividade em expansão: quinino (1616-1885), borracha (1880-1912), peles (início da década de 1960), coca (década de 1980 até o presente) e petróleo (1957 até o presente). Essas atividades determinaram, em grande parte, o tipo e o nível de pressão exercida sobre os recursos naturais, inclusive a conversão de áreas naturais. O setor extrativista foi fundamental para definir dinâmica populacional e a configuração da paisagem da bacia hidrográfica superior, por meio de atividades como a abertura de estradas e o estabelecimento e a expansão de assentamentos. Mais recentemente, outras atividades produtivas, como agricultura, pecuária, mineração e extração de madeira, principalmente no curso superior, contribuíram significativamente para as economias locais.

Por outro lado, os diferentes povos indígenas realizam atividades tradicionais de subsistência para garantir sua soberania alimentar e atividades comerciais em pequenas áreas urbanas¹². para obter acesso a recursos econômicos para cobrir as despesas familiares. Essas incluem pesca, caça, extração de recursos madeireiros e não madeireiros e agricultura. No setor do Alto Putumayo, Güepi - Cuyabeno, a economia familiar é complementada pela criação de pequenos animais (principalmente aves) e porcos e gado de pequena escala que são comercializados em Puerto Leguizamo, na Colômbia (Field Museum, 2008). Por outro lado, no Baixo Putumayo há associações produtivas dedicadas pesca, extração de madeira e comércio não madeireiro, que vêm formalizando suas atividades para obter acesso a programas ou apoio do Estado (Field Museum, 2020). Essas associações também contam com uma participação importante de comunidades camponesas.

4.3.1 Pesca

Ela é organizada principalmente por meio de acordos informais entre as comunidades, implícitos para o acesso a corpos d'água para fins de subsistência e explícitos quando o uso é para fins comerciais, por exemplo, para a captura de arawana e paiche na área de Algodón, no Putumayo, e no setor Yaguas-Cotuhé, e também para o uso de corpos d'água na outra fronteira. No médio Putumayo, há apenas uma organização, a Asociación de Pescadores San Antonio de El Estrecho (ASPES), que reúne pescadores artesanais. Em Yaguas Cotuhé, no setor peruano, as Associações de Pescadores Artesanais e Processadores (APPAs) fazem uso de seus recursos pesqueiros por meio da implementação de um Programa de Gerenciamento de Pesca (PROMAPE) e têm um acordo formal por escrito com o Aquário de Iquitos para vender alevinos de arawana. Em Tarapacá, na Colômbia, há duas associações de pesca, a Asociación de Pescadores de Tarapacá (ASOPESTAR), que não está funcionando, e a Asociación Piscícola Productora de Peces Ornamentales y Artesanales de Tarapacá Amazonas (APIPOATA), formada recentemente para a exploração e comercialização de espécies ornamentais. Na seção do rio Putumayo a partir da

¹² Como Orito, Puerto Asís, Puerto Leguizamo, El Estrecho, Tarapacá, San Antonio de Içá.

Na comunidade nativa de Puerto Franco até o rio Cotuhé, no lado colombiano, não há esquemas ou associações formais de manejo de peixes, a pesca é para subsistência e venda a intermediários (Field Museum, 2020)¹³.

4.3.2 Colheita de madeira

A atividade é realizada em toda a bacia. Em Güepi - Cuyabeno, a extração comercial de madeira é antiga, e algumas espécies, como o cedro, foram depredadas e, em 2008, a atividade estava ressurgindo com a extração de espécies mais variadas, como huayo sugar, huimba, granadillo e cahuiche. (Field Museum, 2008). No Medio Putumayo, setor de Algodón, relata-se que a extração pode ser formal, com o apoio do PEBDIP, ou ilegal, sendo que neste último caso está causando o constante empobrecimento dos recursos madeireiros da área. O volume de extração varia e se concentra em algumas espécies de alto valor comercial, como cedro (*Cedrela* sp.), huayo sugar (*Hymenaea* spp.), shihuahuaco ou charapilla (*Dipteryx micrantha*), tornillo ou achapo (*Cedrelinga cateniformis*) e granadillo (*Platymiscium pinnatum*). O principal centro de comercialização é El Estrecho (Field Museum, 2016). No setor Yaguas-Cotuhé, a exploração madeireira é geralmente seletiva e em baixa escala, colhendo tornillo (*Cedrelinga cateniformis*), fono negro e mari mari (*Lecythidaceae* sp.), arenillo (*Erismia uncinatum*), creolino (*Monopterix uauco*) e cumala (*Virola sebifera* aubl), entre outras espécies. A maior parte da extração é informal, com pouco controle governamental devido à fraca presença do Estado nas de fronteira. As Declarações de Manejo concedidas às comunidades no Peru frequentemente usadas para endossar a madeira ilegal. No lado colombiano dessa região, a extração legal de madeira é realizada dentro da Reserva Florestal da Segunda Lei por meio de licenças de extração persistentes (válidas por cinco anos) e licenças para árvores isoladas (válidas por seis meses), levando em conta o zoneamento da Reserva. Um bom exemplo de manejo florestal comunitário é desenvolvido pela Asociación de Productores de Madereros de Tarapacá - ASOPROMATA (Field Museum, 2020).

4.3.3 Caça

É principalmente uma atividade de subsistência com um papel relevante no fornecimento proteína animal e uma fonte de recreação cultural para os povos indígenas, e não é considerada uma ameaça à saúde do território (Field Museum, 2020). No setor médio do Putumayo - Algodón, as espécies mais valorizadas, e provavelmente com a maior pressão de caça, são Huangana/Puerco (*Tayassu peccari*), sajino/cerrillo (*Pecari tajacu*), majaz/borugo (*Cuniculus paca*), sachavaca/danta (*Tapirus terrestris*) e, em Yaguas Cotuhé, também o paujil (*Mitu* sp.). A caça é realizada em torno dos centros populacionais e, às vezes, dentro das APs, como no Parque Nacional de Yaguas, cuja legislação permite a caça para fins de subsistência. Na Colômbia, é possível obter licenças de caça, mas elas geralmente não são processadas e, nos casos de sobreposição entre reservas indígenas e APs, há acordos para o uso de recursos para subsistência. Existem acordos intercomunitários informais no Peru; acordos formais entre resguardos indígenas na Colômbia, com regulamentos sobre a quantidade de caça e locais de caça; e acordos entre populações de diferentes lados da fronteira.

Por outro lado, na região de Putumayo-Cotton, as comunidades coletam ovos de tartarugas como o cupiso (*Podocnemis sextuberculata*), charapa (*Podocnemis expansa*) e taricaya (*Podocnemis unifilis*), e relatam uma diminuição drástica nas populações dessas espécies.

¹³ Jarrett, C., Alvira, D., Salazar, A. (2020). Uso de Recursos Naturais e Economia Familiar na Região do Baixo Putumayo-Yaguas- Cotuhé.

(Field Museum, 2016) devido à coleta de ovos e à captura de fêmeas reprodutoras sem regulamentação de manejo, para serem vendidas a comerciantes peruanos e colombianos.

4.3.4 Produção agrícola

A produção agrícola na bacia é de baixa escala, principalmente para autoconsumo, e realizada nas chagras indígenas, onde são intercaladas diversas culturas, como abacaxi (*Ananas comosus*), mandioca (*Manihot esculenta*), hortaliças, árvores frutíferas, plantas medicinais, entre outras. O tamanho das chagras varia de acordo com o tipo de cultivo e a disponibilidade de mão de obra. Nas áreas de Putumayo-Cotton e Yaguas-Cotuhé, varia entre 0,25 e 1,5 hectares (Field Museum, 2020).

4.3.5 Extração de recursos não madeireiros

São usados frutos, sementes, fibras, raízes, óleos, resinas e outros, tanto cultivados quanto silvestres. Atualmente, a maioria desses produtos é usada para consumo próprio e comércio local. No setor do médio Putumayo - Algodão, foi registrado o uso de 63 espécies silvestres (Field Museum, 2016). Entre as experiências que se destacam no setor Yaguas - Cotuhé está o uso, o processamento e a comercialização de camu camu (*Myrciaria dubia*), copazú (*Theobroma grandifolium*), abacaxi (*Ananas comosus*), arazá (*Eugenia stipitata*) e pomarrosa (*Syzygium jambos*) pela Associação de Mulheres Comunitárias de Tarapacá - ASMUCOTAR.

4.4 Ocupação atual do território

A configuração dos territórios indígenas ancestrais sofreu alterações nos últimos séculos, principalmente devido à ação das missões evangelizadoras, que provocaram mudanças nos padrões de uso da terra, reduzindo-as em missões e provocando a fuga dos indígenas, deixando para trás as áreas de uso tradicional. Além disso, a violência e os sistemas de exploração provocados pelo boom da borracha fizeram com que os indígenas fugissem para áreas mais remotas em busca de refúgio. O Anexo 1 apresenta referências geográficas dos territórios ancestrais dos grupos étnicos que atualmente habitam a bacia. O conflito fronteiriço entre o Peru e a Colômbia no início da década de 1930 também fez com que alguns grupos étnicos se deslocassem para outros territórios, como no caso dos Bora.

De acordo com o Atlas Interativo das Línguas do Mundo em Perigo (UNESCO)¹⁴, nas cabeceiras, na área de fronteira entre a Colômbia e o Equador, está o povo Cofán, no departamento de Putumayo e na província de Sucumbíos, respectivamente. Mais a jusante na bacia, na Colômbia, Peru e Equador, está o povo Secoya, no departamento de Putumayo, província de Putumayo e província Sucumbíos, respectivamente. Na porção média da bacia, em direção à margem direita no Peru, os povos Kichwa e Maijuna; e em direção à margem esquerda na Colômbia estão os povos Muinane. Na parte inferior da bacia, perto das cidades de Puerto Arica e do Parque Nacional Yaguas, estão os povos Ocaina, Bora e Huitoto, na Colômbia e no Peru, e os povos Resígaro e Yagua, no Peru. Na parte inferior da bacia, no Trapézio Amazônico, está localizado o povo Ticuna; e a jusante da cidade de Santo Antônio do Içá, no Brasil, estão localizados os povos Carapana e Baniwa. A Tabela 7 mostra a localização mais detalhada dos povos indígenas.

¹⁴ <http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php?hl=es&page=atlasmap>

Tabela 7. Localização atual dos povos indígenas por setores da bacia. Fonte: Atlas interativo das línguas do mundo em perigo. Banco de dados da UNESCO sobre povos indígenas ou originais - MINCULTURA, Peru.

Vila indígena	Localização	
	País	Unidade político-administrativa
Cofan	Equador	Província de Sucumbíos, cantão de Lago Agrio, paróquias Dureno e Jambelí; no cantão de Cascales, na paróquia de El Dorado; no cantão de Cuyabeno, na paróquia de Cuyabeno; no cantão de Sucumbíos, na paróquia de Paróquia de La Bonita
	Colômbia	Departamento de Putumayo, em Orito, Valle del Guamuez e San Miguel.
Madeira vermelha	Peru	Departamento de Loreto, província de Putumayo, ao longo dos rios Yarikaya, Angusillas e Yubinet (em direção ao rio Putumayo), e um outro grupo pequenas vidas em direção ao rio Napo, no rio Huajoya.
	Colômbia	Departamento de Putumayo, municípios de Puerto Asis e Puerto Leguízamo
	Equador	Província de Sucumbíos, cantão de Putumayo, paróquia de Puerto Bolívar; e algumas pessoas nos cantões de Shushufindi e San Roque.
Kichwa	Peru	Província de Putumayo, de Güeppi a Yaguas Cotuhé.
Maijuna	Peru	Na altura do centro da cidade de El Estrecho, às margens dos rios Yanayaco e Sucusari, Algodão e também nas margens do rio Putumayo
Muinane	Colômbia	Entre os vilarejos El Encanto e El Estrecho
Ocaina	Colômbia	Departamento do Amazonas, no rio Ingará-Paraná e no baixo Putumayo.
	Peru	rios Putumayo e Ampiyacu.
Bora	Peru	Na bacia do rio Yahuasyaco, no vilarejo de Brillo Nuevo, junto aos rios Putumayo, Sumón e Ampiyacu.
Huitoto	Colômbia	Nos rios Caquetá, Putumayo, Cará-Paraná e Igará-Paraná.
	Peru	Na bacia do rio Ampiyaco e também nos rios Putumayo e Nanay.
Resígaro	Peru	Bacia do rio Yahuasyaco, em uma aldeia Ocaina
Yagua	Peru	Área de fronteira com a Colômbia e o Brasil, ao longo dos rios Putumayo, Ampiyacu e Ampiyacu. e Amazon
Ticuna	Peru	Trapézio da Amazônia
	Colômbia	
	Brasil	
Cocama	Peru	Trapézio Amazônico, na província de Caballococha e nas províncias de de Maynas, Yurimaguas e Ucayali em Loreto
	Colômbia	Trapézio amazônico. Municípios de Tarapacá e Letícia; na Isla Ronda e na reserva de San José del Río, em Puerto Nariño, e nas comunidades do Siete de Agosto e San Juan de Atacuari
Carapana	Brasil	Subúrbios de Santo Antônio do Içá
Baniwa	Brasil	Subúrbios de Santo Antônio do Içá

4.5 Regime de posse da terra

Na Colômbia, as reservas indígenas são propriedade coletiva das comunidades indígenas, inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis. Elas são gerenciadas e administradas pelos cabildos ou autoridades tradicionais das comunidades, de acordo com seus usos e costumes e com a legislação pertinente. No escopo da formulação do projeto, foram identificadas 60 reservas indígenas. As reservas indígenas são porções de território que são provisoriamente atribuídas a uma comunidade indígena em capacidade usufrutuária, e o Estado continua a ser proprietário do solo e do subsolo.

No Peru, a propriedade é concedida a terras indígenas ocupadas por comunidades nativas ou camponesas localizadas na selva e no cinturão , com capacidade para uso agrícola e pecuário importante. As

As terras com capacidade para uso florestal importante e as terras de proteção ocupadas pelas comunidades são reconhecidas pelo Estado por meio de contratos de cessão de uso. Esses contratos concedem direitos de posse, acesso, uso e gozo dessas terras em uma base exclusiva e indefinida, mas não podem ser transferidos para outras pessoas. Setenta e nove comunidades foram identificadas.

No Equador, a propriedade de terras e territórios indígenas é imprescritível, inalienável, impenhorável e indivisível. A propriedade comunal de terras indígenas é reconhecida pela Lei das Comunas. No entanto, o sistema jurídico não reconhece as diferentes formas de organização dos diversos povos indígenas da Amazônia, impedindo que alguns deles tenham acesso a títulos de terra. A adjudicação e a titulação de terras indígenas na Amazônia têm sido realizadas de diferentes maneiras, 0,4% como títulos individuais, enquanto que, das adjudicações coletivas, 15,4% são para comunas, 71,4% para centros, 6,6% para associações, 0,6% para cooperativas e 6,0% para subcentros. Durante a formulação do projeto, foram identificadas 19 comunidades, e o território dos povos Cofán e Secoya dentro da Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno foi reconhecido, embora se observe que esse reconhecimento carece de respaldo legal¹⁵.

No Brasil, as Terras Indígenas - TIs são de propriedade da União, que concede a posse permanente aos povos indígenas, bem como o usufruto exclusivo dos recursos nelas existentes¹⁶. No âmbito do projeto, as TIs são homologadas e registradas¹⁷. Além disso, foram identificadas 55 comunidades.

5. Estrutura jurídica internacional e nacional

A seguir, apresentamos uma visão geral da estrutura legal e política para o envolvimento com as comunidades indígenas em nível internacional e em cada país.

5.1 Instrumentos internacionais aos quais os países aderiram

Com relação à participação e ao acesso à informação, os quatro países, em suas respectivas Constituições, reconhecem a liberdade de expressão, o acesso à informação e a participação cidadã como direitos dos cidadãos. A **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**, assinada e ratificada pelos quatro países¹⁸, fundamenta o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e obriga os Estados a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a todas as pessoas sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação. Todos os quatro países assinaram a Convenção **Americana sobre Direitos Humanos**, que é implementada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

¹⁵ Chirif, A., García, P. 2007. Marcando Territorio - Progresos y Limitaciones de la titulación de Territorios Indígenas en la Amazonia. IGWIA. Recuperado em 20 de fevereiro de 2021, de https://centroderecursos.cultura.pe/sites/default/files/rb/pdf/MARCANDO_TERRITORIO%20Progresos%20y%20limitaciones%20de%20la%20titulacion%20de%20territorios%20indigenas%20en%20la%20Amazonia.pdf

¹⁶ Corte Interamericana de Derechos Humanos. 2018. Caso do Povo Indígena Xucuru e seus membros v. Brasil. Sentença de 5 de fevereiro de 2018. Retrieved 20 February 2021 https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_346_esp.pdf ¹⁷ Instituto Socioambiental. n/d. Localização e extensão de TIs. Acessado em 20 de fevereiro de 2021 em https://piib.socioambiental.org/es/Localizaci%C3%B3n_y_extensi%C3%B3n_de_las_TIs

¹⁸ A data de assinatura e ratificação da Convenção pelo Brasil, Colômbia, Equador e Peru pode ser consultada em https://www.oas.org/dil/esp/tratados_B-32_Convencion_Americana_sobre_Derechos_Humanos_firmas.htm.

Com relação à Consulta Livre e Informada aos Povos Indígenas, todos os quatro países ratificaram a **Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**¹⁹, que busca assegurar que os países garantam o direito dos povos indígenas e tribais de decidir suas próprias prioridades de desenvolvimento, uma vez que isso afeta suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual e suas terras, e de controlar, na medida do possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Ela afirma que os povos em questão deverão ser consultados, por meio de procedimentos apropriados e, em especial, por meio de suas instituições representativas, sempre que forem consideradas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los diretamente (Art. 6.1.a).

Com relação à consulta prévia e aos direitos dos povos indígenas, em abril de 2020, a CIDH emitiu a Resolução 1/2020, que faz quatro recomendações aos países membros, incluindo um apelo para que se abstenham de promover iniciativas e realizar consultas prévias: "Abster-se de promover iniciativas legislativas e/ou avanços na implementação de projetos produtivos e/ou extrativistas nos territórios dos povos indígenas durante o tempo que durar a pandemia, em virtude da impossibilidade de realizar os processos de consulta prévia, livre e informada (devido à recomendação da OMS de adotar medidas de distanciamento social) previstos na Convenção 169 da OIT e outros instrumentos internacionais e nacionais relevantes sobre o assunto".

Por outro lado,²⁰ a **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007)** estabelece padrões mínimos de respeito aos direitos coletivos e individuais dos povos indígenas, especialmente seus direitos às suas terras, propriedades, recursos vitais, territórios e recursos, à sua cultura, identidade e idioma, ao emprego, à saúde, à educação, à consulta prévia e à livre determinação de sua situação política e desenvolvimento econômico.

Além disso, o Mecanismo de Especialistas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (EMRIP), um órgão subsidiário do **Conselho de Direitos Humanos da ONU (HRC)**, fez um conjunto de recomendações aos Estados para inclusão nas respostas econômicas e de saúde à pandemia. Essas recomendações incluem "... a necessidade de obter seu consentimento livre, prévio e informado antes que qualquer ação seja tomada; a urgência de proteger especialmente os povos em isolamento voluntário ou contato inicial; e a adoção de medidas estatais relativas, entre outros assuntos, ao apoio aos planos de proteção comunitária autodefinidos pelos povos indígenas, ao acesso a serviços médicos culturalmente adequados e à elaboração de estratégias de comunicação e informação sobre a COVID-19 em idiomas indígenas"²¹.

Sobre a proteção do patrimônio e do conhecimento tradicional, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural reconhece a obrigação dos Estados de identificar, proteger, conservar, reabilitar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural localizado em seus territórios, bem de integrar a proteção do patrimônio aos programas de planejamento. O **Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos** estabelece que devem ser tomadas medidas para garantir que o consentimento prévio informado ou a aprovação e a participação de comunidades indígenas e locais sejam obtidos para o acesso a recursos genéticos quando elas tiverem o direito estabelecido de conceder acesso a esses recursos.

¹⁹ Ratificado por 23 países: pelo Peru, em 2 de fevereiro de 1994; pela Colômbia, em 7 de agosto de 1991; pelo Equador 15 de maio de 1998; e pelo Brasil, em 25 de julho de 2002. Acessado em 14 de outubro de 2020, site do OTI: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:11300:0::NO:11300:P11300_INSTRUMENT_ID:312314

²⁰ Adotado pelo Brasil, Equador e Peru em 13 de setembro de 2007.

²¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e outros, "El impacto del COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina-Abya Yala: entre la invisibilización y la resistencia colectiva", Documentos de projeto (LC/TS.2020/171), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2020.

5.2 Estrutura jurídica por país

Tendo em vista a importância de reconhecer e consolidar a participação ampla e informada dos povos indígenas nas diferentes ações a serem implementadas pelo Projeto Putumayo-Içá, é apresentado um diagnóstico do arcabouço legal do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, no que se refere à participação, acesso à informação e consulta livre e informada aos povos indígenas, com o objetivo de garantir o caráter participativo do projeto.

5.2.1 Participação e acesso a informações

Brasil:

- A Constituição Política da República Federativa do Brasil (1988) reconhece a liberdade de expressão e o direito de acesso à informação (Art. 5º), e determina a criação de sistemas únicos de proteção social que envolvem a criação e o funcionamento de conselhos gestores municipais, estaduais e federais, promovendo a participação do cidadão nas políticas públicas.
- A Lei de Acesso a Informações Ambientais (Lei nº 10.650/2003) regulamenta o acesso a informações públicas sobre políticas, planos e programas que possam ter impacto sobre o , bem como emergências ambientais, emissões de líquidos e gases, entre outros.
- A Lei das Águas (Lei Federal nº 9.433/1997), no que diz respeito à participação cidadã, determina que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e envolver a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.
- Lei de Acesso e Repartição de Benefícios Derivados de Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Relacionados (Lei nº 13.123/2015), que regulamenta o acesso a componentes do patrimônio genético, a proteção e o acesso aos conhecimentos tradicionais relacionados e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da conservação e do uso sustentável da biodiversidade brasileira.

Colômbia:

- A Constituição Política da República da Colômbia (1991) estabelece que é função do Estado facilitar a participação do cidadão na tomada de decisões (Art. 2º) e que a lei organizará as formas e os sistemas de participação do cidadão para monitorar a gestão pública (Art. 270º). Também garante a participação da comunidade nas decisões ambientais que possam afetá-la (Art. 78º e 79º).
- A Lei de Supervisão Cidadã (Lei nº 850/2003) estabelece um mecanismo que permite que os cidadãos e as organizações comunitárias exerçam supervisão sobre a administração pública nas áreas, aspectos e níveis em que os recursos públicos são usados no todo ou em parte.
- A Lei da Transparência e do Direito de Acesso à Informação (Lei nº 1.712/2014) define o acesso às informações públicas como um direito fundamental e regulamenta como os indivíduos podem acessar as informações públicas.
- A Lei Estatutária de Participação (Lei nº 1757/2015) determina disposições para a promoção e proteção do direito participação democrática e garante os mecanismos de participação no planejamento do desenvolvimento, nas políticas sociais, na coexistência e reconciliação dos cidadãos e na inclusão de populações tradicionalmente excluídas (Art. 104º, cláusula b).

Equador:

- A Constituição Política do Equador (2008) estabelece o direito de todas as pessoas de acessar livremente as informações geradas em entidades públicas ou privadas que administram fundos do Estado ou desempenham funções públicas (art. 18); e o direito de participar da elaboração de planos e políticas nacionais, locais e setoriais,

desenvolvimento e agendas orçamentárias, promovendo a educação para a cidadania (Art. 83°, cláusula 3, Art. 100°, cláusulas a, b, c, e).

- A Lei Orgânica de Participação Cidadã (2010) promove e garante o exercício dos direitos de participação cidadã, coletivos, comunidades, povos e nacionalidades indígenas, afro-equatorianos e montubianos, de forma protagonista na tomada de decisões (Art. 1°), no planejamento e na gestão dos assuntos públicos (Art. 29°). Estabelece como princípios a igualdade, o interculturalismo, a plurinacionalidade e a paridade de gênero (Art. 4).
- A Lei Orgânica de Transparência e Acesso à Informação Pública (Lei nº 24/2004) reconhece o acesso à informação pública como um direito dos indivíduos garantido pelo Estado (Art. 1, parágrafo 1) e, entre seus objetivos, está o de facilitar a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões e na supervisão das decisões de interesse geral (Art. 2, parágrafo f).

Peru:

- A Constituição Política do Peru (1993) consagra o acesso à informação e o direito dos cidadãos de participar de assuntos públicos (Art. 2° e 31°) e declara que é direito e dever dos residentes participar do governo municipal de sua jurisdição.
- A Lei sobre os Direitos de Participação e Controle do Cidadão (Lei N°26300/1994) regulamenta o exercício dos direitos de participação e controle do cidadão de acordo com a Constituição (Art. 1); entre os direitos, destaca-se o direito de iniciativa na formação de leis e disposições municipais e regionais (Art. 2 b e d).
- A Lei de Transparência e Acesso à Informação Pública (N° 27806/2002) promove a transparência das ações do Estado e regulamenta o direito de acesso à informação.
- A Lei-Quadro do Sistema Nacional de Gestão Ambiental (Lei nº 28.245/2005) fortalece a participação da sociedade civil na gestão ambiental, para promover a integração de organizações representativas privadas e da sociedade civil na tomada de decisões ambientais.
- Lei Orgânica de Governos Regionais (Lei N°27867/2003 e Lei N°28056/2003): a primeira contém mecanismos para promover a participação cidadã e a transparência pública, e a segunda estabelece a estrutura do orçamento participativo e promove o desenvolvimento de mecanismos e estratégias para a participação da sociedade civil na programação orçamentária e no monitoramento e supervisão da gestão dos recursos públicos.

5.2.2 Consulta aos povos indígenas

Embora os países tenham ratificado a Convenção 169 da OIT, o desenvolvimento de suas estruturas regulatórias nacionais e a implementação do direito à consulta estão ocorrendo em diferentes níveis e, em geral, estão abaixo dos padrões internacionais⁽²²⁾.

Brasil: O país não desenvolveu uma estrutura normativa nacional específica; no entanto, possui algumas normas e procedimentos autônomos que os povos indígenas estão implementando para o exercício de seus direitos.

- A Constituição Política da República Federativa do Brasil, no capítulo intitulado "Dos Índios" e no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, faz referência aos direitos territoriais das comunidades afro-brasileiras.
- Decreto legislativo que ratifica a Convenção 169 (Decreto nº 143/2002).

²² IWGIA (2019). Protocolos autônomos de consulta prévia. Novos caminhos para a autodeterminação dos povos indígenas na América América. Consulta em 6 de novembro 6, de 2020. Link: https://www.iwgia.org/images/documentos/Protocolos_autonomicos_de_Conсульта_Previa.pdf.

- Protocolos de consulta autônomos desenvolvidos por povos indígenas, com base em seus direitos de autonomia e autodeterminação²³.

Colômbia: a consulta prévia foi implementada por meio de normas setoriais e instrumentos legais sobre o assunto, desenvolvidos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e pela Corte Constitucional. Alguns povos indígenas e comunidades afrodescendentes estabeleceram protocolos de relacionamento com estratégias para o exercício dos direitos de consulta, considerando que há diferenças entre os povos que dificultam a padronização de um processo regido por uma lei geral. Entretanto, essa iniciativa não é apoiada pela Direção de Consulta Prévia do Ministério do Interior²⁴.

- Constituição Política da Colômbia, artigos 1, 7, 63, 287, 329 e 330, com disposições sobre os direitos dos povos indígenas e o direito à consulta prévia.
- Lei que aprova a Convenção 169 (Lei 21/1991)
- Leis setoriais: A Lei Geral do Meio Ambiente nº 99/93 estabelece que a exploração dos recursos naturais deve ser feita após consulta às comunidades indígenas e afrodescendentes. A Lei 70/1993 reconhece as comunidades negras como um grupo étnico e prevê sua participação na concepção, elaboração e avaliação de estudos de impacto ambiental, socioeconômico e cultural. E o Decreto nº 1320 regulamenta a consulta prévia às comunidades indígenas e negras para a exploração de recursos naturais em seus territórios.
- O Decreto nº 1.397/1996 criou a Comissão Nacional de Territórios Indígenas e a Mesa Redonda Permanente de Consulta (MPC) com organizações indígenas e estabeleceu como uma de suas funções acordar o procedimento de transição e o que é necessário para a participação, consulta e consulta com povos indígenas específicos, enquanto o decreto regulamentar está sendo emitido.
- Diretriz Presidencial nº 001/2010, que estabelece quais ações exigem consulta, quais não exigem e os mecanismos de consulta.
- O Decreto 2893/2011 cria a Diretoria de Consulta Prévia no Ministério do Interior, responsável pela direção dos processos de consulta.
- Decreto 2613/2013 e Diretriz Presidencial 10/2013, que buscam articular as instituições públicas em torno da Diretoria de Consulta Prévia e, indiretamente, regulamentar a consulta prévia.
- Decisão do Tribunal Constitucional T-063 / 19, que busca a proteção direitos fundamentais especiais das comunidades indígenas, reiterando que elas têm a possibilidade de reivindicar a proteção de suas garantias constitucionais por meio de seus membros, representantes, organizações ou outros. Além disso, enfatiza que pessoas de fora da comunidade indígena não podem presumir que suas decisões são positivas para essa população, pois os podem ter uma visão diferente e devem ser ouvidos.
- Circular CIR2020-42- DMI-1000, do Ministério do Interior (20 de abril de 2020) que revoga a CIR2020-29-DMI-1000 que previa o "Uso de Meios Virtuais para a Realização de Consulta Prévia sobre Medidas Legislativas e Administrativas para a Prevenção da Infecção por COVID-19".

²³ Protocolos de consulta específicos: Povo Wajãpi, Povo Munduruku, Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquicamba da Volta Grande do Rio Xingu, Indígenas do Território do Xingu, Waimiri Atroari, Kayapó-Menkragnoti associados ao Instituto Kabu, Montanha Mangabal, Krenak, Indígenas Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno, Tekoa Itaxi Mirim - Guaraní Mbya, Quilombolas de Jambuaçu Moju, Comunidades Pimental e São Francisco, Quilombolas de Abacatal/Aurá.

²⁴ Argumenta-se que isso causaria a desagregação dos processos e que o tratamento diferenciado para cada povo é garantido com a pré-consulta. No entanto, a análise do IWGIA (2019) considera que os protocolos de autonomia se concentram nos direitos à autonomia e à autodeterminação, e não em diretrizes para processos de .

Equador: O direito à consulta prévia é reconhecido na Constituição; há também normas e regulamentos setoriais que reconhecem esse direito e o Tribunal Constitucional do Equador estabeleceu critérios a serem observados nos processos de consulta. Há um projeto de lei sobre consulta prévia, que foi criticado pela falta de participação dos povos indígenas.

- Os artigos 56, 57 e 398 da Constituição consagram o direito à consulta prévia.
- Resolução nº 304/1998 que ratifica a Convenção nº 169
- O Decreto 1247/2012 dita os regulamentos para a implementação da consulta prévia livre e informada nos processos de licitação e alocação de áreas e blocos de hidrocarbonetos. Entretanto, uma análise realizada pela Due Process Foundation indica que o Decreto contém algumas disposições incompatíveis com os padrões internacionais, entre outras, circunscreve a consulta como um instrumento de participação e informação (OXFAM, 2018)²⁵.
- Normas e regulamentos setoriais que reconhecem o direito à consulta:
 - Artigo 58 da Lei Orgânica de Recursos , Usos da Água e Desenvolvimento Hídrico
 - Ley Orgánica de Participación Ciudadana em seus artigos 81° a 83°.
 - Lei de Mineração em seus artigos 87° a 91°.
 - Artigo 141 do Código Orgânico de Organização Territorial.
 - O Decreto 1247/2012 estabelece a regulamentação da Consulta Livre, Prévia e Informada nos processos de licitação e alocação de áreas e blocos de hidrocarbonetos.
 - Decreto 1040, que se refere aos regulamentos de participação previstos na Lei de Gestão Ambiental e aos regulamentos do Ministério do Meio Ambiente, e se aplica a outros projetos de desenvolvimento em outros setores da economia.

Peru: A consulta prévia é exercida por meio de uma lei específica e seus regulamentos. Além disso, o Tribunal Constitucional peruano reconhece o caráter vinculante da jurisprudência da Corte Interamericana e dos pronunciamentos da OIT. A conformidade com os padrões internacionais na aplicação do direito à consulta prévia é baixa, por , em relação à forma como são determinados os projetos ou normas que devem ser submetidos à consulta.

- Os artigos 2°, 19°, 88°, 89°, 149° e 191° da Constituição Política do Peru referem-se aos direitos dos povos indígenas, que servem de base para a consulta prévia.
- Resolução Legislativa nº 26253/1993 que aprova a Convenção nº 169, que entrou em vigor em 1995.
- Lei sobre o Direito à Consulta Prévia aos Povos Indígenas (nº 29785/2011)
- Regulamento da Lei sobre o Direito à Consulta Prévia com Povos Indígenas ou Nativos (Decreto Legislativo nº 001-2012-MC/2012).

6. Estrutura para identificação de partes interessadas e desenvolvimento do processo de participação de povos indígenas na preparação e implementação de projetos

6.1 Identificação das partes interessadas

²⁵ Due Process Foundation, OXFAM. 2018. Implementação do Consentimento Livre e Prévio Informado e da Consulta. Experiências comparativas na América Latina e discussões sobre uma lei de consulta no México. Acessado em 06 de novembro de 2020, site da Due Process Foundation: http://www.dplf.org/sites/default/files/informe_sobre_consulta_y_cpli_mexico_final_web.pdf

A identificação das partes interessadas foi realizada de acordo com a EAS 10²⁶, do Banco Mundial "Stakeholder" significa indivíduos ou grupos que:

- a) são afetados ou podem ser afetados pelo projeto (**partes afetadas pelo projeto**), inclusive as partes que podem ser afetadas por impactos reais ou riscos potenciais ao seu ambiente físico, saúde, segurança, práticas culturais, bem-estar ou meios de subsistência. Essas partes interessadas podem incluir indivíduos ou grupos, bem como comunidades locais,
- b) têm maior probabilidade de serem afetados pelos impactos do projeto ou que podem ser mais limitados do que outros em sua capacidade de aproveitar os benefícios do projeto (**grupos vulneráveis e desfavorecidos**),
- c) podem ter interesse no projeto (**outras partes interessadas**), o que pode ser devido à sua localização, características, impactos ou aspectos relacionados ao interesse público. Eles podem incluir, por exemplo, reguladores, funcionários do governo, o setor privado, a comunidade científica, acadêmicos, organizações de mulheres, outras organizações da sociedade civil e grupos culturais.

Em nível de bacia, foi identificado um total de 72 organizações de base, das quais 39 representam povos indígenas, distribuídas da seguinte forma: 13 no Brasil, 17 na Colômbia, 2 no Equador e 7 no Peru (Tabela 8). Deve-se ter em mente que muitas comunidades não são representadas por essas organizações e será necessário considerar canais para alcançá-las, uma vez que elas são afetadas pelo projeto.

Tabela 8. Lista de organizações indígenas por país.

País	Organizações indígenas
Equador	FEINCE (representando 14 comunidades de Cofán) e ONISE (representando 5 comunidades de Cofán). Siona).
Brasil	COIAB, ACISPO, AMIT, OKAS, ACIK, FOCCIT, Federação Kokama Kukamira, Associação Kaixana, Instituto Ngütapa, Betânia-Mekünare, Organização Indígena dos Kokama do Amazonas, Ass. Vila Alterosa, Ass. Vila Betânia
Colômbia	ACILAPP, ACIMA, ACITAM, AIZA, ASCINVAGUA, ASOAIMTAM, ASOCIPCA, ASOPASTOS, AZCAITA, AZICATCH, CIMTAR, COINPA, CRIMA, OIMA/CIMPUM, OZIP, OPIAC, PANI.
Peru	FECONAFROPU (representando 23 comunidades); FECOIBAP (10 comunidades); FECONAFROPU/FEKIMMEP (7 comunidades); OISPE (3 comunidades); OCIBPRY (3 comunidades); FECONAFROPU/FEKIMMEP (7 comunidades); OISPE (3 comunidades); OCIBPRY (3 comunidades). comunidades); FECONAMNCUA (2 comunidades); OISPE (2 comunidades)

Em nível regional, as organizações indígenas são representadas pela Coordenadora Indígena de la Cuenca Amazónica (COICA) e, em nível nacional, pela AIDESEP (Peru), ONIC (Colômbia), CONAIE (Equador) e COIAB (Brasil). Deve-se observar também que foram identificadas organizações comunitárias especificamente ligadas à gestão de áreas naturais protegidas, sendo representadas em nível nacional pela Associação Nacional de Executores de Contratos Administrativos do Peru - ANECAP. Com relação às comunidades e reservas indígenas, foram levados em conta os diferentes níveis de organização, desde o comunitário até os níveis mais altos de organização, conforme detalhado na Tabela 9.

Tabela 9: Níveis de organização das comunidades indígenas e resguardos.

²⁶ Banco Mundial, 2016. World Bank Environmental and Social Framework (Estrutura Ambiental e Social do Banco Mundial). Acessado em 15 de fevereiro de 2021, site do BM: <http://pubdocs.worldbank.org/en/345101522946582343/Environmental-Social-Framework-Spanish.pdf>

País	Níveis orgânicos			
	Primeiro nível	Segundo nível	Terceiro nível	Total
Brasil	55			55
Colômbia	15	1	44	60
Equador		19		19
Peru	32	47		79
Total	102	67	44	213

Grupos vulneráveis e :

Foram identificados três grupos: a) Povos e comunidades indígenas que não são representados pelas organizações identificadas na Tabela 8, uma situação que poderia aumentar sua vulnerabilidade e limitar sua capacidade de se expressar, participar e se beneficiar do projeto. Nesses casos, serão estabelecidos canais de comunicação direta com as comunidades que possam ser afetadas de alguma forma pelas atividades do Projeto, de acordo com suas estruturas organizacionais (Conselho de Anciãos, etc.).

b) As mulheres na América Latina frequentemente enfrentam diversas e sucessivas formas de discriminação histórica que se combinam e se sobrepõem, expondo-as a uma maior vulnerabilidade em todos os aspectos de sua vida cotidiana. De acordo com a CEPAL (2015), é evidente que as mulheres indígenas sofrem maior incidência de pobreza, recebem rendas mais baixas, têm pouquíssimas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, menos escolaridade, o que resulta em altas taxas de analfabetismo, menos anos de expectativa de vida, maior mortalidade infantil e materna, bem como menos acesso a saneamento e água potável²⁷. 27. Elas também enfrentam acesso limitado a programas e serviços sociais, baixa participação em processos políticos e marginalização social, de modo que sua voz e participação são frequentemente limitadas, e há uma escassez de leis e políticas públicas para tratar de seus problemas específicos. Isso ocorre apesar do fato de as mulheres indígenas serem reconhecidas como protetoras e guardiãs dos valores culturais e garantidoras da permanência de seus povos. Foram identificadas organizações no Brasil, Colômbia e Peru, conforme detalhado na Tabela 10²⁹. Não foram encontradas informações sobre associações de mulheres no Equador, o que será validado no âmbito da implementação do projeto.

Tabela 10: Organizações de mulheres no Brasil, Colômbia e Peru.

País	Organização
Brasil	Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT) de Porto Cordeirinho
	Organização Geral das Mulheres Indígenas Tikuna do Alto Solimões.
	Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira-Êta
Colômbia	Grupo de mulheres sábias Nimaïra Uaii Jagiyi Nimaïra Uaii Jagiyi.
	Asociación de Mujeres Indígenas Ariana de la Comunidad de Puerto Nuevo.

²⁷ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL. 2014. Mulheres indígenas. Novas protagonistas para novas políticas. Divisão de População e Divisão de Gênero. Editora CEPAL. 34 p. In: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36779/1/S2014351_es.pdf

²⁸ Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). 2017. Mulheres indígenas e seus direitos humanos nas Américas. p.157. ISBN 978-0-8270-6658-8. Em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/MujeresIndigenas.pdf>

²⁹ De La Cruz, P. 2015. Feiras de chagras na Amazônia colombiana, contribuições para o conhecimento tradicional e o intercâmbio de produtos de associações indígenas e mulheres de Tarapacá. 218 p. In: https://www.researchgate.net/publication/287205299_Ferias_de_Chagras_en_la_Amazonia_colombiana_contribuciones_a_los_conocimientos_tradicionales_y_al_intercambio_de_productos_de_las_asciaciones_indigenas_y_de_mujeres_de_Tarapaca.

	Associação de Mulheres Comunitárias de Tarapacá - ASMUCOTAR.
	Associação de Mulheres Indígenas ASOMI.
Peru	Organización Nacional de Mujeres Indígenas Andinas y Amazónicas del Perú - ONAMIAP Programa Mujer de la Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente - ORPIO Programa Nacional Mujer de la Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana - AIDSESP (Organização Nacional de Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru - ONAMIAP) Programa de Mulheres da Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente - ORPIO) Mulheres líderes da Federação das Comunidades Nativas de Ampiyacu - FECONA Comitês de monitoramento formados por 180 mulheres. Mulheres organizadas nas comunidades de Tres Esquinas e San Martín para o gerenciamento e a comercialização de arahauana.

c) Os povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial identificados na bacia são considerados uma população vulnerável, e é uma prioridade para o Projeto garantir que seus direitos e o princípio de não contato sejam levados em consideração, portanto, não serão gerados protocolos para as relações com eles.

6.2 Processos de participação dos povos indígenas

6.2.1 Fases da socialização

O engajamento das partes interessadas foi concebido sob uma abordagem que busca promover e garantir a participação das diferentes partes interessadas na identificação dos benefícios e oportunidades do Projeto Putumayo-Içá, a partir de uma reflexão sobre o valor da biodiversidade e da riqueza cultural presentes na Bacia. Estão previstas três fases para o processo participativo, de acordo com Stakeholder Engagement Plan - SEP, do Projeto GEF Putumayo-Içá.

Na **primeira fase**, foram realizadas aproximadamente 65 reuniões, além de consultas e espaços de trabalho virtuais³⁰ com entidades governamentais (nacionais e regionais), institutos de pesquisa, ONGs e o setor privado. Nesta primeira fase, não foi possível realizar trabalhos presenciais com os povos indígenas, dadas as restrições de acesso à região devido às medidas de biossegurança definidas pelos diferentes governos e pelas organizações indígenas e comunidades locais, bem as recomendações dos organismos internacionais que trabalham nos territórios em resposta à situação atual da pandemia da Covid-19.

Em resposta a essa situação, e considerando as redes de governança, as partes interessadas e as partes afetadas identificadas no SEP, foi proposta uma **segunda fase de socialização virtual**. Essa segunda fase foi planejada e implementada a partir de outubro de 2020, com ênfase nos povos indígenas, comunidades afrodescendentes, associações de pescadores, organizações de mulheres e artesãos, principais partes interessadas do projeto que não puderam ser contatadas na primeira fase.

³⁰ Essas reuniões foram divididas em (i) reuniões temáticas, para cada um dos componentes do projeto e tópicos relacionados, (ii) Comitês Técnicos, com Pontos Focais dos quatro países, Banco Mundial, WCS e representantes (2) por componente, em um cenário de tomada de decisão, e (iii) reuniões, facilitadas pela equipe da WCS. Durante os espaços de trabalho temáticos, realizados entre junho e setembro de 2020, delegados de cinquenta e quatro (54) organizações dos quatro (4) países participaram ativamente da elaboração do projeto, apoiando a construção coletiva da teoria da mudança e fornecendo insumos técnicos.

Para essa fase, foi elaborado um plano de trabalho, conforme mostrado na Tabela 11³¹. Em outubro de 2020, foram desenvolvidas atividades de planejamento e dezembro do mesmo ano, foram iniciadas diferentes ações para estabelecer contato com organizações indígenas para socializar informações sobre o projeto.

Por fim, a **Fase 3 de socialização presencial** contempla o desenvolvimento de espaços de diálogo - reuniões e oficinas - com as comunidades indígenas e outros atores sociais, com o objetivo de fortalecer a socialização e o feedback ao Projeto, no âmbito de um processo de construção colaborativo e inclusivo, e levando em conta os avanços fase anterior de socialização.

As diretrizes a seguir estão previstas para a socialização da Fase 3, que podem ser ajustadas de acordo com o progresso e os resultados da Fase 2:

- Realizar a convocação de propostas de forma coordenada e com o apoio das organizações que representam os povos indígenas e as comunidades envolvidas.
- Prever a participação de intérpretes de idiomas nativos, especialmente para diálogos e reuniões com grupos populacionais que tenham maiores limitações no uso do português ou do espanhol, como mulheres e idosos.
- Convidar explicitamente as mulheres e os jovens a participar, a fim de favorecer sua integração com outros grupos nas comunidades. Considere horários apropriados para a participação das mulheres, acordados com elas; e defina com a comunidade o cuidado com as crianças pequenas que acompanharão as mulheres nas oficinas, a fim de identificar as dinâmicas, atividades ou mecanismos que permitirão que elas participem e fiquem atentas.

O projeto considerará metodologias, ferramentas, materiais, entre outros elementos culturalmente relevantes e específicos para que as mulheres e os jovens tenham acesso às informações fornecidas. Se for preparado material de divulgação, ele deverá ser didático, de preferência gráfico, oral ou audiovisual.

Os espaços de trabalho presenciais serão articulados com as respectivas instituições parceiras do Projeto em cada país, que fornecerão apoio técnico, logístico e operacional para a socialização, e contarão com a participação dos governos municipais, territoriais e regionais correspondentes. Como apoio a essas reuniões, serão fornecidos materiais de divulgação em versão física e digital, e serão geradas as respectivas memórias dessas reuniões, que serão socializadas por meio dos mecanismos acordados com os participantes.

De acordo com as disposições SEP, essa fase será planejada e implementada de acordo com os sistemas oficiais de monitoramento de riscos da COVID-19 de cada país, e de acordo com as disposições e decisões expressas pelas estruturas organizacionais das comunidades locais. Em todos os casos, as medidas de biossegurança serão garantidas nesses espaços de reunião, seguindo os protocolos das autoridades nacionais e locais e das instituições executoras. Além disso, o projeto manterá informações

³¹ Durante o desenvolvimento da segunda fase, o Plano de Trabalho foi ajustado em resposta à evolução da pandemia e às novas restrições de mobilização e contato devido ao início da segunda onda ; e também devido situação política e mudanças nas autoridades dos países participantes.

atualizado sobre o impacto da Covid-19 na Bacia do Putumayo-Içá, com base em relatórios oficiais das autoridades nacionais de cada país.

É importante ressaltar que o Projeto não realizará atividades que possam envolver ou afetar as comunidades indígenas participantes, até que os processos de socialização no local sejam realizados, em estrita conformidade com os protocolos de biossegurança e seguindo a legislação e as disposições sanitárias de cada país.

6.2.2 Estruturação de mensagens e conteúdo para socialização Fases 2 e 3

A estruturação das mensagens-chave a serem socializadas, tanto virtual quanto presencialmente com os povos indígenas, foi baseada no diagnóstico e no conhecimento da bacia, buscando atender às necessidades, exigências e características, condições de alfabetização, idioma e meios de comunicação acessíveis de cada ator específico, para que as mensagens fossem eficazes, claras e congruentes.

Foram definidos três eixos, sendo que o primeiro busca fornecer a base de informações e conhecimentos gerais às partes interessadas, informando-as sobre projeto e sua importância para comunidades que vivem na bacia, além de criar espaços para esclarecer dúvidas sobre o processo e receber comentários. O segundo eixo busca promover a compreensão das partes interessadas sobre seu papel no Projeto, para que se apropriem e participem das diferentes atividades do Projeto. O terceiro eixo tem como objetivo chegar a um acordo sobre esquemas de trabalho conjunto e diálogo, destacando os benefícios que o projeto e o trabalho articulado lhes oferecem. Devido às condições e limitações da comunicação por meio de plataformas virtuais, na Fase 2 esses eixos serão abordados de forma preliminar.

Na fase 3, os conteúdos por eixo serão aprofundados, enfatizando os atores com os quais não foi estabelecido contato na fase 2 ou reforçando os aspectos necessários, de acordo com o relatório da fase 2. Da mesma forma, na Fase 3, serão socializados os riscos e impactos potenciais identificados, bem como as medidas correspondentes propostas para mitigá-los, que foram consolidadas nos instrumentos do projeto, como o ESMF e o Marco de Planejamento para Povos Indígenas. Nesse sentido, serão definidas uma linguagem, uma abordagem e mensagens específicas para os povos indígenas, com referências particulares que lhes permitirão se apropriar do projeto de forma natural, com base na identificação das vantagens, dos benefícios e dos incentivos de sua participação.

As seguintes linhas discursivas foram definidas para a construção das mensagens:

- Base de conhecimento do projeto e conceitos-chave associados.
- Benefícios e oportunidades derivados do Projeto para as comunidades.
- Importância do conhecimento tradicional na conservação da diversidade da bacia.

O design das mensagens e das peças de comunicação levou em conta critérios de relevância cultural, como

- O espanhol e o português são os principais idiomas para a elaboração das mensagens, pois são os idiomas mais utilizados pelos habitantes locais e pelas organizações com jurisdição na Bacia. No entanto, no caso de comunidades monolíngues de língua nativa, se necessário, será considerada a possibilidade de transmitir mensagens também em seus respectivos idiomas. De acordo com o diagnóstico, 25 idiomas são falados na Bacia.

que são compartilhados por comunidades indígenas em 2 ou mais países, de acordo com a Tabela 11.

- Uso de linguagem clara, simples e concreta, evitando tecnicismos, de modo que os diferentes públicos-alvo pudessem entendê-los e replicá-los facilmente.
- Para ter maior impacto e credibilidade, as mensagens reconhecerão os valores culturais e apelarão para o papel e a responsabilidade social comunidades na gestão da Bacia, de modo que as comunidades se identifiquem com o objetivo do Projeto.

Tabela 11. Idiomas transfronteiriços na Bacia do Putumayo-Icá. Fonte: Elaboração própria, com informações do Instituto Caro y Cuervo, 2020.

Países	Idiomas nativos compartilhados	Família linguística
Brasil, Peru e Colômbia	Ticuna / Tikuna	Yurí-tikuna
	Murui-muinani / Uitoto	Witoto
	Kukama - kukamiria	Tupi-Guarani
Brasil e Colômbia	Baniwa	Arawak
	Jupda / jupde / hup	Nadahup
	Yuhup	
	Bará, Barasana, Desano, Karapana, Makuna, Piratapuyo, Siriano, Tukano, Tuyuca	Tucano Oriental
	Yeral, nheengatu	Tupi-Guarani
Equador e Colômbia	Siona (pau-brasil)	Tucano Ocidental
	Kofan	Independente
	Inga	Quíchua
Equador, Peru e Colômbia	Kichwa / Quichua	Quíchua
Peru e Colômbia	Yagua	Peba-yagua
	Bora	Bora
	Ocaina / Okaina	Witoto
	Andoque / andoque	Independente
	Resígaro	Arawak

Por fim, é importante destacar que a elaboração e a implementação dessa estratégia garantem o Consentimento Livre, Prévio e Informado, de acordo com a estrutura política e regulatória de cada país, com a Convenção 169 da OIT e com os principais princípios definidos para os processos de socialização e consulta, incluindo informações oportunas, transparência, interculturalidade, confidencialidade, entre outros.

6.2.3 Canais e mecanismos de comunicação

Durante a fase 2, os canais e mecanismos de comunicação foram identificados e usados conforme detalhado abaixo:

- Comunicações escritas dirigidas aos líderes das estruturas organizacionais identificadas e priorizadas como partes interessadas (Tabela 14), com o objetivo de apresentar a iniciativa e convidá-los a estabelecer uma rota de contato com o Projeto, a fim de consolidar uma estratégia para sua construção coletiva. Essas comunicações foram enviadas pela WCS e pelas respectivas autoridades ambientais de cada um dos países (Ministérios do Meio Ambiente da Colômbia, Equador e Peru e SEMA).
- Espaços virtuais de reunião com membros das estruturas organizacionais que manifestaram interesse e viabilidade de avançar nesses espaços. Essas reuniões tiveram o objetivo de socializar os objetivos do projeto, seus principais componentes e seus benefícios e oportunidades para as comunidades e instituições públicas e da sociedade civil;

Foram recebidos comentários e perguntas sobre o projeto, e o site e o e-mail foram compartilhados como um mecanismo de comunicação entre a equipe do projeto e o público em geral. Além disso, em 4 de fevereiro de 2021, foi realizado um webinar³² por meio da Plataforma de Informação e Diálogo Amazônico (PID Amazonía)³³, com o de socializar os objetivos do projeto, seus principais componentes e seus benefícios e oportunidades para as comunidades e instituições públicas e da sociedade civil. Além disso, durante esse espaço, foram recebidos comentários e perguntas sobre o projeto, e o site foi compartilhado como um mecanismo de comunicação entre a equipe do projeto e o público em geral. Em apoio a esse evento, foi feito um vídeo curto com informações gerais sobre o projeto e peças digitais com informações sobre a reunião virtual, que foram previamente compartilhadas com os diferentes convidados.

- O site do projeto, hospedado em www.cuencaputumayoica.com, inclui informações estratégicas sobre a descrição do projeto, componentes, atualizações de progresso, localização geográfica geral, entidades participantes, bem um espaço para receber perguntas e comentários do público em geral. Inicialmente, o conteúdo foi disponibilizado em espanhol e, posteriormente, será disponibilizado em português.
- Foram identificados espaços adicionais para divulgação, como fóruns, festivais, simpósios, congressos, entre outros; e, com o apoio dos pontos focais em cada país, está sendo consultada a possibilidade de divulgar informações sobre o projeto nesses espaços.
- Além disso, a fim de estabelecer um mecanismo oficial de comunicação do projeto para contato telefônico e por WhatsApp, a WCS abriu uma conta telefônica (celular +57 315 7784256) em 18 de março de 2021. Por meio desse canal de comunicação, foi relatado o progresso na formulação do projeto, divulgando periodicamente diferentes informações às organizações indígenas priorizadas na Fase 2 e aos diferentes atores-chave do projeto (8 destinatários no Brasil, 19 no Peru, 23 no Equador e 11 na Colômbia). Da mesma forma, esse canal foi habilitado com o objetivo de receber opiniões, sugestões e perguntas dos diferentes atores, a fim de respondê-las. É importante destacar que as diferentes mensagens e peças informativas foram enviadas em espanhol e português, divulgando as seguintes informações: vídeo do webinar, spot de rádio com imagem, folheto e vídeo do projeto.

Por outro lado, prevê-se contar com o apoio na divulgação de atores governamentais e de ONGs com presença no território, por meio de seus sites e ações no campo.

Tabela 12. Organizações identificadas para serem contatadas na Fase 2.

País	Organização
Brasil	AMIT, ASSCOMAL/Rio Içá, Associação de Pescadores de Santo Antônio do Içá, Colônia de pescadores de Santo Antônio do Içá, OKAS, COIAB, ACISPO, FEPESCA, ACIK, FEI, CNS, Makira-Êta, Org. Geral Mulheres Tikuna do Alto Solimões, Org. Indígena Kokama do Amazonas.

³² O webinar foi transmitido pelo Zoom e pelo Facebook, com um total de 153 participantes em ambas as plataformas (101 no Zoom e 52 no Facebook). Quatro palestrantes especialistas (um para cada país) foram convidados a abordar os principais tópicos do projeto.

³³ Uma plataforma interativa de informações e diálogo que registra e fornece informações sobre todos os projetos, programas e processos em andamento na região da Amazônia colombiana.

País	Organização
Colômbia	OZIP, Mesa Permanente del Pueblo Kofán, Associação COINPA Puerto Alegría, CIMPUM - Conselho indígena do povo Muruy, AIZA - Associação indígena da Zona Arica, CIMTAR Tarapacá, ASOAIMTAM.
Equador	FEINCE, OINSE, OICE, Siekopai Nacionalidade
Peru	AIDSESP, ORPIO, FECONAFROPU, FECOIBAP, OCIBPRY, FECONAMAI, FIKAPIR, OISPE, ECA SIEKO PAI, ECA ÑUKANCHIPA SUMAK SACHA, ANECAP, FEKIMEP, ONAMIAP

A Tabela 13 apresenta um resumo das linhas discursivas, canais, mídia, mecanismos e materiais de comunicação gerados durante a fase 2 da socialização:

Tabela 13. Linhas de discurso, mídia e materiais de comunicação gerados para a Fase 2 da socialização não presencial do Projeto com as comunidades indígenas e locais.

Linhas discursivas para o construção de mensagens	Mídia	Materiais de comunicação
Base de conhecimento do projeto e conceitos-chave associados.	Site: www.cuencaputumayoica.com Plataformas virtuais Redes sociais Reuniões virtuais	Apresentações. Peças informativas para serem enviadas por meio de redes sociais. Vídeos curtos.
Benefícios e oportunidades derivados do Projeto para as comunidades.	Plataformas virtuais Redes sociais Site	Peças informativas para serem enviadas às redes sociais. Vídeos curtos.
Importância do conhecimento tradicional para a conservação das espécies de plantas. diversidade da bacia.	Mídia social	

Para o desenvolvimento da Fase 3 de socialização presencial (consulte a tabela 12), planeja-se continuar a disseminação de mensagens e peças de comunicação por meio dos canais e da mídia usados e/ou identificados na Fase 2, como o site e as redes sociais. No caso da Colômbia, as organizações indígenas serão contatadas, além daquelas contatadas na Fase 2, que foram identificadas como outras partes interessadas: OPIAC, Asociación de Capitanes Indígenas Mirití, ACILAPP, ATICOYA (Asociación Tikuna, Cocama y Yagua), ACIPS, APKAC, Asociación PANI, ACITAM; AZCAITA, CRIMA, OIMA, AINZA.

Além disso, serão desenvolvidas novas peças de comunicação, conforme mostrado na Tabela 14, para divulgação via internet, rádio, telefone, e-mail e outros canais que serão habilitados na fase presencial. Com relação aos canais e mídias adicionais para a Fase 3, estão previstos os seguintes:

- Rádio, estações de rádio comunitárias e nacionais, com alcance nas comunidades da bacia. Peças de rádio (cápsulas, podcasts e entrevistas) com informações sobre o projeto serão transmitidas por esse meio.
- Redes sociais, como Twitter e Facebook, e aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, para envio de peças digitais, incluindo vídeos, infográficos, entre outros.
- Outras plataformas da Internet semelhantes a <https://ficamazonia.com/> e PID Amazon - www.pidamazonia.com

Tabela 14. Linhas de discurso, canais, mídia, mecanismos e materiais de comunicação previstos para a Fase 3 da socialização presencial do Projeto com as comunidades indígenas e locais.

Linhas discursivas para o construção de mensagens	Mídia	Materiais de comunicação
Base de conhecimento do projeto e conceitos-chave associados.	Site dos Workshops Mídia social Material impresso Rádio	Apresentações. Folheto de mapas Resumos executivos Pôsteres Peças informativas para redes sociais. Vídeos curtos. Peças radiais
Benefícios e oportunidades derivados do Projeto para as comunidades.		
Medidas propostas para mitigar riscos e impactos potenciais	Workshops Material impresso	Apresentações de infográficos

7. Identificação e análise de impactos e riscos sociais

7.1 Possíveis impactos positivos do projeto

O Projeto GEF Putumayo-Içá terá impactos sociais amplamente positivos, tais como

- Permitir que os povos indígenas e as comunidades locais dependam dos recursos naturais para o fornecimento de alimentos e matérias-primas necessários para o futuro.
- Fortalecer as condições para que os países participantes e os povos indígenas gerenciem ecossistemas compartilhados de água doce por meio de locais-piloto na bacia de Putumayo-Içá, na região amazônica.
- Conservação dos recursos de água doce na bacia do Putumayo-Içá e construção de um cenário de gestão colaborativa para a bacia, com a participação e o reconhecimento dos povos indígenas e de seus conhecimentos ancestrais.
- Contribuição para as economias locais e a segurança alimentar.
- Reduzir a vulnerabilidade à poluição da água.
- Impacto na igualdade de gênero na .

7.2 Riscos potenciais do projeto e estratégias de mitigação

A análise dos possíveis riscos e impactos derivados da implementação das diferentes atividades por componente, com as respectivas estratégias propostas para sua mitigação, é apresentada a seguir (Tabela 17).

Tabela 15: Riscos e impactos potenciais do Projeto e medidas de mitigação

Subcomponente / Atividade	Descrição do impacto	Avaliação e caracterização do impacto		Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
		Descrição do impacto	Tipo de impacto	
1.1 Gestão do conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisões informadas.				
Estabelecer e concordar com princípios orientadores inclusivos para o informações	Não envolver adequadamente os povos indígenas na elaboração da estratégia de gestão do conhecimento e na definição dos princípios orientadores para o desenvolvimento de um sistema de gestão da informação, causando a não identificação de quando "Pesquisa com Seres Humanos" e gerando a aplicação dos procedimentos correspondentes no âmbito das normas da WCS e do BM.	Infringir os direitos confidencialidade, privacidade ou consulta ao divulgar, armazenar ou disseminar informações sobre a conhecimento.	Direto e cumulativo	Ao projetar a estratégia de gestão do conhecimento, identifique e avalie os riscos na estrutura do IRB, gerencie a revisão pelo Comitê WCS e implemente propostas e recomendações.
		Colocar a WCS em risco de violar os regulamentos federais dos EUA (45 CFR 46) sobre a proteção de pessoas que são sujeitos de pesquisa.	Direto	Envolver representantes indígenas na definição dos princípios orientadores e na elaboração do sistema de gerenciamento. Esse envolvimento deve ser monitorado de acordo com os indicadores da Estrutura de Resultados. Além disso, os representantes dos povos indígenas identificados no processo serão convidados a participar, a fim de concordar e preparar diretrizes para o informações de maneira culturalmente apropriada. Por outro lado, as recomendações sobre propriedade intelectual contidas em tratados internacionais ou nas Decisões 391 e 486 da Comunidade Andina serão revisadas e adotadas.
	Não criação de condições adequadas para aplicar o conhecimento indígena devido consentimento.			
	Não consideração de grupos vulneráveis nas análises das partes interessadas, por exemplo, povos indígenas sub-representados, mulheres e grupos com tradições exclusivamente orais e não escritas.	Não inclusão na análise de lacunas do conhecimento específico de povos indígenas sub-representados, do conhecimento das mulheres e do conhecimento de povos com tradições orais, levando a uma disparidade e/ou subnotificação de seu conhecimento.	Direto	No planejamento, explicita a atenção a ser dada aos grupos vulneráveis, leve em conta as diretrizes do SEP e monitore, por meio dos diferentes instrumentos sociais preparados, o cumprimento da inclusão desses grupos na análise de lacunas.

Subcomponente / Atividade	Descrição do impacto	Avaliação e caracterização do impacto		Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
		Descrição do impacto	Tipo de impacto	
Sistematização e análise do conhecimento existente relevante para o gerenciamento integrado de bacias hidrográficas.	Falha em identificar quando a "Pesquisa com Seres Humanos" está envolvida e falha em aplicar os procedimentos relevantes de acordo com os padrões da WCS.	Violar a confidencialidade, a privacidade ou os direitos de consulta ao divulgar, armazenar ou disseminar informações de conhecimento. Colocar a WCS em risco de violar as regulamentações federais dos EUA (45 CFR 46) sobre a proteção de pessoas que estão sujeitas a pesquisa.	Direto	Envie qualquer pesquisa que envolva coleta de dados de seres humanos ao IRB da WCS para análise. Planeje como esses atores serão envolvidos no processo de coleta de dados e respeite os processos estabelecidos por esses grupos.
	Frac implementação do consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas sobre as informações a serem coletadas ou divulgadas pelo projeto.	Não obter o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas sobre as informações a serem coletadas ou divulgadas sobre o projeto	Direto	Serão adotadas a Convenção 169 da OIT, as políticas do BM e a legislação aplicável em cada país sobre o Consentimento Livre, Prévio e Informado. Além disso, a estrutura de planejamento para povos indígenas está em vigor para gerenciar esse risco.
	A análise não gera informações que respondam às questões priorizadas pelos povos indígenas.	Perda da oportunidade de capacidade dos povos indígenas de influenciar a tomada de decisões sobre o uso da terra, os impactos das mudanças climáticas e a análise de cenários futuros.	Direto e cumulativo	O planejamento definir� conjuntamente os objetivos coleta de conhecimento tradicional e os benefícios de sua apropriação e aplicação. Além disso, as ações para a proteção desse conhecimento são implementadas conforme acordado no processo com as comunidades e de acordo com os tratados e a legislação aplicáveis.
	Não considerar as lacunas no acesso às plataformas e/ou existência de vazamentos em sua articulação que impeçam ou prejudiquem ainda mais os grupos excluídos de acessar as informações.	Violar a confidencialidade, a privacidade ou os direitos de consulta ao coletar, armazenar ou disseminar informações de conhecimento. Colocar a WCS em risco de violar os regulamentos federais dos EUA (45 CFR 46) sobre a proteção sujeitos de pesquisa.	Direto	<p>Considere as lacunas no acesso à Internet e, na articulação das plataformas, garanta uma diversidade de meios para acessá-las.</p> <p>Além disso, estratégias social e culturalmente apropriadas e viáveis são projetadas e implementadas em conjunto para preencher essas lacunas de conectividade.</p>

Subcomponente / Atividade	Descrição do impacto	Avaliação e caracterização do impacto		Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
		Descrição do impacto	Tipo de impacto	
Realização de estudos e análises em escala de bacia relevantes para o gerenciamento integrado de bacias.	Não considerar o impacto diferenciado de gênero, idade e sistemas de organização social dos impactos da poluição da água por mercúrio.	Invisibilização dos impactos sobre as populações vulneráveis.	Direto, cumulativo	Considerar os impactos diferenciados por gênero, idade, de acordo com os sistemas de organização social culturalmente determinados programa de monitoramento. O exposto acima, por meio da análise das informações existentes sobre esses impactos por gênero, idade e organizacionais, bem como da consulta direta às organizações indígenas e às comunidades beneficiadas pelo projeto, por meio de pesquisas, entre outros mecanismos participativos (oficinas etc.).
Desenvolver eventos de compartilhamento de conhecimento	No caso de a identificação e o mapeamento incluírem verificações de campo, haveria um risco de segurança, devido à possível presença de grupos insurgentes, impossibilitando que atores isolados ou vulneráveis participem em igualdade de condições.	Excluir portadores de conhecimento tradicional e/ou perspectivas de minorias	Direto e cumulativo	Desenvolver e implementar protocolos de segurança violência política armada. Aplique medidas de precaução para evitar contato e represálias de grupos insurgentes contra informantes. Elaboração de medidas para proteger a identidade dos informantes e o registro de informações e protocolos de reação de alerta precoce.
	Não considerar as relações de poder desiguais no estabelecimento de programas de diálogo com várias partes interessadas.	Excluir portadores de conhecimento tradicional e/ou perspectivas de minorias	Direto	Incluir mecanismos para reduzir as desigualdades nas relações de poder durante o estabelecimento da agenda de diálogo.
	Ignorância dos sistemas de conhecimento e da cosmovisão dos povos indígenas.	Excluir portadores de conhecimento tradicional e/ou perspectivas de minorias	Direto e cumulativo	Além disso, as medidas definidas na Estrutura de Planejamento dos Povos Indígenas estão em vigor para gerenciar esse risco. Durante a identificação do conhecimento, faça um balanço do tipo de conhecimento e das particularidades dos agentes que o sustentam (xamãs ou outros especialistas) e garanta que os espaços de diálogo a fortalecidos ou criados sejam sensíveis às condições desse tipo de conhecimento e de seus especialistas.

Subcomponente / Atividade	Descrição do impacto	Avaliação e caracterização do impacto		Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
		Descrição do impacto	Tipo de impacto	
				Além disso, as ações para proteger esse conhecimento serão identificadas e implementadas em conjunto, com base no que foi acordado no processo com as comunidades e nos tratados e na legislação aplicáveis.
1.2 Fortalecimento da governança em vários níveis, com várias partes interessadas e multissetorial				
Estabelecer/fortalecer grupos de trabalho temáticos regionais e multissetoriais e mesas-redondas para chegar a um acordo sobre atividades e propostas conjuntas para o desenvolvimento de uma visão conjunta.	Não considerar grupos tradicionalmente excluídos ou vulneráveis no mapeamento das partes interessadas	Excluir os atores que mais precisam estar no mapa de partes interessadas.	Direto e cumulativo	Monitorar a inclusão de grupos frequentemente excluídos, por exemplo, mulheres ou grupos indígenas ou afrodescendentes não representados. Implementação do SEP, que contém medidas para mitigar esse risco.
	Atores isolados ou vulneráveis não podem participar em igualdade de condições	Mesas de trabalho dominadas por atores mais fortes	Direto e cumulativo	Elaborar e implementar estratégias para promover a participação de grupos vulneráveis.
				Implementação do SEP, que contém medidas para mitigar esse risco.
Elaborar o plano de ação estratégico para a bacia.	Os processos de consulta e tomada de decisão que visam a uma visão compartilhada limitam o reconhecimento de múltiplas visões de mundo.	Simplificação da diversidade cultural e exclusão dos atores mais fracos e vulneráveis	Acumulado	Aplicar uma metodologia que seja capaz de articular a diversidade cultural sem tentar homogeneizar as visões em uma única e, ao mesmo tempo, permitir a articulação de processos e ações.
				Projetar e implementar um sistema que inclua várias visões de acordo com a diversidade cultural da região, adotar uma abordagem, considerar visões e práticas no nível de bacias hidrográficas menores, garantir sua governança, identificar lacunas em escalas sucessivamente mais altas e criar propostas interculturais para preenchê-las. Isso também será considerado nos espaços de consulta e participação com as comunidades. A implementação do SEP, que contém medidas para mitigar esse risco.

Subcomponente / Atividade	Descrição do impacto	Avaliação e caracterização do impacto		Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
		Descrição do impacto	Tipo de impacto	
	Os mecanismos binacionais não incluem mecanismos para que os povos indígenas divididos por fronteiras internacionais mantenham contatos, relações e cooperação.	Impedir que os IIPPs atuem de forma coordenada e consistente em contextos binacionais	Acumulado	Considerar a situação dos povos indígenas transfronteiriços e outros grupos vulneráveis ou povos indígenas em isolamento voluntário; promover a harmonização, mas garantir a proteção e os direitos dos povos isolados.
	Os insumos gerados pelo projeto não levam em conta adequadamente as múltiplas visões de mundo.	Os acordos firmados não são suficientemente abrangentes e inclusivos	Acumulado	O SEP tem um mapa das partes interessadas, com uma análise de sua situação e possibilidades de participação e representação de seus interesses e necessidades. Da mesma forma, a implementação da estratégia de disseminação do SEP é fundamental para mitigar esse risco.
	Não considerar os impactos diferenciados de gênero, idade e diferentes grupos socioculturais da poluição da água por mercúrio.	Aprofundamento das lacunas por não considerar os grupos vulneráveis na implementação de tratados binacionais e no sistema de monitoramento	Direto e cumulativo	Garantir a inclusão de impactos diferenciados sobre grupos específicos no monitoramento e nos tratados binacionais. SEP e a Estrutura dos Povos Indígenas são ferramentas fundamentais para atingir esse objetivo.
	Não conformidade com os regulamentos relativos ao acesso a recursos genéticos. Restrição do acesso de povos indígenas a espécies sem a devida consulta. Restrições no acesso aos meios de subsistência e aprofundamento da desigualdade por meio da articulação de regulamentos sem a devida consideração das especificidades ou medidas de mitigação ou compensação.	Acesso a meios de subsistência restrito sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto	Direto e cumulativo	Avalie cuidadosamente as regulamentações propostas e inclua medidas de mitigação ou compensação, garantindo o consentimento livre, prévio e informado.
	Acesso restrito a meios de subsistência no curto prazo.	Acesso a meios de subsistência restrito sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto	Direto e cumulativo	Conduzir uma análise participativa do limite para a perda de meios de subsistência em curto prazo e o equilíbrio com a sustentabilidade . Prever medidas de compensação se a redução no acesso aos recursos estiver abaixo do limite permitido.

Subcomponente / Atividade	Descrição do impacto	Avaliação e caracterização do impacto		Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
		Descrição do impacto	Tipo de impacto	
Promover acordos setoriais para melhores práticas e planejamento territorial alinhados com a visão compartilhada.	As visões de mundo dos povos indígenas e as práticas associadas são perdidas na construção de uma visão integrada.	Acesso a meios de subsistência restrito sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto	Direto e cumulativo	Os instrumentos de gestão territorial devem ser facilitados e adaptados para serem eficazes, levando em conta a ampla participação.
2.1 Mitigar os impactos da poluição que afeta as águas da bacia e seus recursos				
Esforços conjuntos para prevenção e controle	Falha no fortalecimento das de governança dos povos indígenas para que participem plenamente da estratégia regional com a capacidade de impor a conformidade nas áreas sob sua jurisdição	Oportunidade perdida para fortalecer os órgãos de governança dos povos indígenas	Direto	Considerar o impacto no projeto e na implementação da estratégia regional de controle e monitoramento do mercúrio e de outros poluentes. Considerar medidas de mitigação de impacto
para a aplicação da lei e para o Ministério Público	Transferência de conhecimento baixa ou insuficiente para melhorar a capacidade de resposta a eventos de poluição.	Oportunidade perdida para os povos indígenas e as comunidades locais exercerem efetivamente seus direitos	Direto	Projetar e implementar programas de capacitação que identifiquem de forma abrangente as partes interessadas e suas necessidades específicas em termos de exposição e risco à poluição.
	Não desenvolvimento da capacidade dos órgãos de governança dos povos indígenas e das comunidades locais de interagir de forma equitativa com outros atores	Aprofundamento das desigualdades por não considerar os impactos da poluição, diferenciados por gênero, idade e cultura.	Direto	Projetar e implementar programas de capacitação que identifiquem de forma abrangente as partes interessadas e suas necessidades específicas de acordo com suas especificidades em de exposição e risco à poluição.
Estabelecer um sistema de alerta precoce sobre a poluição da água em locais prioritários.	Projetar um sistema que não considere adequadamente os mecanismos de participação e envolvimento das partes interessadas locais e potencialmente afetadas.	Aumento da exposição das comunidades aos riscos associados à poluição da água devido à falta de conhecimento e informação.	Indireto	Mapeamento adequado das partes interessadas e área de influência com base no planejamento de contingência baseado em riscos

Subcomponente / Atividade	Descrição do impacto	Avaliação e caracterização do impacto		Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
		Descrição do impacto	Tipo de impacto	
Mitigação da poluição da água, atividades de remediação/remediação	Aumentar a exposição de pessoas e comunidades aos efeitos de contaminantes de mercúrio durante as de controle, remediação e/ou restauração.	Sobre a saúde dos trabalhadores e membros da comunidade envolvidos em atividades de remediação e/ou restauração em áreas afetadas por mercúrio e outros poluentes.	Direto	O ESMF inclui ações para mitigar esse risco no plano de saúde e segurança. Essas medidas :
			Acumulado	- Na elaboração e implementação de projetos-piloto, considere a redução da exposição de trabalhadores e membros da comunidade a contaminantes durante as ações de remediação e/ou restauração: protocolos, medidas, treinamento e fornecimento de meios para que as operações sejam realizadas com segurança.
				- Na elaboração e implementação de projetos-piloto, garanta que os protocolos e as salvaguardas estejam em vigor e sejam aplicados para reduzir a exposição e os efeitos da exposição na remediação e/ou restauração do mercúrio e de outras áreas contaminadas.
2.2 Produção sustentável e apoio ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais				
Elaborar planos de gerenciamento de NTFP, pesca e tartarugas.	Não considerar os sistemas de funções e a divisão do trabalho de acordo com o gênero e a idade, bem como as lacunas de gênero em termos de educação, acesso a carteiras de identidade e acesso a espaços públicos de tomada de decisões, o que pode gerar maiores desigualdades em termos de acesso a recursos, distribuição da carga de trabalho dentro da empresa e a falta de acesso a recursos.	As medidas para tornar a colheita sustentável afetam os meios de subsistência no curto prazo, ao mesmo tempo em que buscam torná-los sustentáveis no longo prazo, e geram um déficit econômico no curto prazo que precisa ser compensado de alguma forma.	Direto	Esse risco será gerenciado por meio da gênero do projeto, que inclui ações como

Subcomponente / Atividade	Descrição do impacto	Avaliação e caracterização do impacto		Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
		Descrição do impacto	Tipo de impacto	
	e benefícios.			Realize uma análise preliminar e torne visíveis as funções e a divisão do trabalho de acordo com o gênero e a idade. Com base no exposto, envolva os grupos envolvidos nos acordos de acordo com o gênero, a idade e o tipo de atividade gerencial.
				Realizar análises participativas da economia familiar, dos possíveis impactos na economia familiar a curto, médio e longo prazo e promover a identificação conjunta de medidas de mitigação ou compensação.
	O conhecimento e as percepções das comunidades indígenas com relação às possíveis restrições de acesso aos territórios ancestrais, bem como ao uso e à exploração dos recursos naturais da comunidade, não são considerados adequadamente.	Acesso a meios de subsistência restrito sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto	Direto e cumulativo	Esse risco será gerenciado por meio da gênero do Projeto, que inclui ações como a análise participativa da distribuição do tempo de trabalho e de descanso e cadeias de valor sensíveis ao gênero.
Implementar de capacitação para as comunidades e as principais partes interessadas no recursos naturais.	Excluir grupos vulneráveis com nenhuma ou baixa representação e aprofundar as desigualdades econômicas e sociais de grupos desfavorecidos.	Sobre os meios de subsistência de grupos vulneráveis cujas necessidades e interesses são fracamente representados	Direto	Identificar todos os grupos afetados e garantir sua participação nos processos de capacitação, gerenciamento, monitoramento, vigilância e comercialização ou identificar medidas compensatórias.

Subcomponente / Atividade	Descrição do impacto	Avaliação e caracterização do impacto		Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
		Descrição do impacto	Tipo de impacto	
Implementar atividades para impulsionar cadeias de valor regionais selecionadas para peixes e PFNMs	Gerar ou acentuar conflitos e enfraquecer os sistemas de governança pré-existent e aprofundar as desigualdades socioeconômicas e de gênero.	A ausência de uma visão holística dos sistemas de governança dá poder a frações do sistema de governança, gerando desequilíbrios, conflitos e, em última análise, enfraquecendo o sistema de governança. Da mesma forma, a ausência de um enfoque de gênero nas análises da cadeia de valor obscurece a participação de mulheres e crianças, reduz o potencial de contribuições para o gerenciamento adaptativo e aprofunda as lacunas de desigualdade no acesso aos recursos. benefícios e assistência técnica.	Direto	No projeto cadeias produtivas, inclua a análise diferentes níveis de governança, sistemas de acesso à terra, sistemas culturais, distribuição de funções e divisão de trabalho, e projete e chegue a um acordo sobre mecanismos para a distribuição de funções e distribuição de benefícios entre os diferentes níveis de governança de acordo com o tipo de acesso à terra e à terra, garantindo verificações cruzadas para assegurar a responsabilidade e reduzir a probabilidade de conflitos. Ao identificar os elos das cadeias, garanta a consideração da participação de acordo com o gênero e a idade e assegure uma distribuição justa dos encargos e benefícios.
	Risco de as atividades não serem sustentáveis ao longo do tempo devido à falta de acompanhamento.	Abandono da iniciativa e retorno a atividades insustentáveis, legais e ilegais, superexploração de recursos naturais, perda de habitat, etc.	Direto	Considerar as particularidades culturais de cada povo indígena e equilibrar as relações entre os diferentes povos indígenas, considerando a existência de relações de poder assimétricas entre eles.
				Além disso, observa-se que a Estrutura de Planejamento estabelece medidas para gerenciar esse risco.
Implementar atividades alternativas de subsistência que promovam a segurança alimentar.	Não considerar as implicações dessas ações em termos de tomada de decisões sobre segurança alimentar e distribuição do tempo dos membros da família, sistemas econômicos familiares e análise integral das cadeias de produção de produtos e recursos destinados ao uso doméstico, o que pode levar a uma maior desigualdade na distribuição de renda e renda e à criação de uma distribuição de renda mais equitativa. compartilhamento de custos e	A organização do trabalho nas residências é complexa e varia de acordo com as diferentes culturas. A implementação de novas atividades tem impacto sobre a distribuição do tempo de trabalho entre os diferentes membros. Como as mulheres geralmente são responsáveis pela manutenção das fazendas e pela alimentação de pequenos animais domésticos, as novas atividades relacionadas a esses itens afetam as mulheres, aumentando a distribuição desigual do trabalho.	Direto e cumulativo	Realizar análises participativas e holísticas das economias de cadeias domésticas e de produção para uso doméstico.
				Monitorar sistematicamente o comportamento das economias domésticas e a distribuição do tempo de trabalho e lazer por gênero e idade.

Subcomponente / Atividade	Descrição do impacto	Avaliação e caracterização do impacto		Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
		Descrição do impacto	Tipo de impacto	
	lucros e perdas maiores nos .			
Comunicações				
Comunicações	Não conformidade com os regulamentos relativos à aplicação de direitos de propriedade intelectual individuais e coletivos	Violação de direitos e geração de conflitos	Direto	Analisar e cumprir as regulamentações nacionais e internacionais para divulgar e compartilhar informações, respeitando os direitos de propriedade intelectual.
				Chegar a um acordo prévio com os principais atores sobre os procedimentos e as formas pelas quais os direitos de propriedade intelectual individuais e coletivos serão reconhecidos, documentando os acordos.
				Implementar as estratégias definidas no SEP para mitigar esse risco.
				Analisar e adotar recomendações internacionais sobre propriedade intelectual contidas em tratados internacionais ou nas Decisões 391 e 486 da Comunidade Andina.

8. Diretrizes para a elaboração de Planos dos Povos Indígenas - PPIs

8.1 Participação dos povos indígenas no projeto

Durante a implementação do projeto, a participação oportuna e efetiva dos povos indígenas como partes interessadas será garantida por meio de abordagens que priorizem o diálogo, o consenso e a construção participativa, sendo que um dos principais objetivos é gerenciar as expectativas por meio de uma boa comunicação e de um acordo firme sobre o escopo regional e as limitações do projeto.

Dessa forma, espera-se gerar e consolidar uma relação de colaboração e confiança com os diferentes povos indígenas, incentivando-os a interagir, dialogar e compartilhar conhecimentos. Para isso, o projeto gerará seus próprios espaços de trabalho e discussão com os beneficiários do projeto, que serão projetados e implementados de acordo com sua cultura, horários e estruturas organizacionais. O material de divulgação será elaborado nos idiomas nativos, conforme acordado, para acompanhar os processos.

Também será dada atenção especial à inclusão de mulheres, idosos e jovens, tanto indígenas quanto de outras comunidades locais, em reconhecimento ao seu papel na manutenção, recuperação e transferência do conhecimento tradicional, apoiando sua inclusão e promovendo sua participação e a de outros especialistas tradicionais nas diferentes atividades do Projeto. Por outro lado, será promovida a participação de representantes indígenas, oficialmente delegados pelos respectivos povos, nos diferentes espaços de tomada de decisão do Projeto. Por fim, será implementado um mecanismo para lidar com reclamações e reivindicações, conforme descrito no capítulo 9 abaixo.

Em termos de sua participação nos componentes do projeto, o componente 1, destinado a fortalecer as condições para a gestão compartilhada dos recursos hídricos da bacia por meio da melhoria da governança, das estruturas e de uma estratégia de gestão do conhecimento projetada e implementada, prevê a participação dos povos indígenas liderando atividades para a recuperação e sistematização do conhecimento ancestral, como parte da referida estratégia de gestão do conhecimento. Da mesma forma, serão promovidos a participação e o acesso equitativo dos povos indígenas, das mulheres e de outros grupos vulneráveis a espaços multissetoriais e regionais de discussão, a construção de uma visão comum da bacia e a elaboração de um plano estratégico, incluindo a implementação de planos de vida indígenas.

No componente 2, que financiará as principais intervenções para aprimorar o IWRM, espera-se que os povos indígenas participem do projeto e acompanhem a implementação de uma estratégia regional para a prevenção e o controle da contaminação da água por mercúrio e outros poluentes liberados por atividades legais e ilegais, a ser testada por meio de pilotos em locais selecionados. Em especial, eles têm um papel altamente relevante a desempenhar no apoio fortalecimento dos esforços conjuntos de prevenção e controle da poluição, juntamente com as autoridades ambientais nacionais, e no estabelecimento de um sistema de alerta precoce para a poluição da água em locais prioritários. Também está prevista a participação de povos indígenas nas cadeias de valor de recursos hidrobiológicos comercialmente valiosos em locais selecionados da bacia. Especificamente, espera-se sua participação no desenvolvimento de subprojetos produtivos, incluindo planos de gerenciamento de NTFP, pesca e tartarugas, e outras atividades que melhorem os meios de subsistência e a soberania alimentar dos povos indígenas. É importante destacar que os subprojetos produtivos também podem beneficiar e ser gerenciados por organizações indígenas, o que favorecerá o acesso irrestrito de

os benefícios do projeto. Além disso, os subprojetos de remediação que possam beneficiar os povos indígenas seguirão o caminho de trabalho definido neste IPPM.

Por fim, o componente 3 prevê a participação na elaboração e implementação da estratégia de comunicação, com ênfase no nível comunitário, incorporando ferramentas para a transmissão de conhecimento, atividades e processos, que servirão de insumo para o planejamento e a gestão no nível local.

8.2 Diretrizes para a elaboração de Planos dos Povos Indígenas - PPIs

Para evitar, reduzir, mitigar ou compensar, de forma culturalmente apropriada, os possíveis efeitos negativos causados pelas atividades do Projeto aos povos indígenas; e para facilitar que eles recebam os benefícios de forma adequada e inclusiva do ponto de vista intergeracional, de gênero e de identidade cultural, será formulado um Plano para os Povos Indígenas - PPI para cada povo indígena existente na Bacia, na medida em que isso seja necessário e priorizado. Antes da formulação desses planos, será realizada uma avaliação social específica com os respectivos povos, a fim de identificar os possíveis impactos diretos ou indiretos do projeto e/ou definir as medidas necessárias para identificar e resolver possíveis aspectos que possam limitar as oportunidades dos povos de se beneficiarem e/ou participarem do projeto.

Para a formulação dos IPPs, serão seguidas as seguintes diretrizes (Tabela 1), a serem coordenadas pela Unidade de Gerenciamento de Projetos (PMU), operada pela WCS, com liderança especial dos especialistas em salvaguardas sociais e ambientais, e apoio dos coordenadores temáticos e parceiros estratégicos a serem definidos, com base em sua experiência no território e com os respectivos povos indígenas.

Tabela 1. Diretrizes para o desenvolvimento do IPP

Diretriz	Alvo	Atividades
Informações de diagnóstico dos povos indígenas, incluindo identificação e mapeamento das principais partes interessadas	Ter um diagnóstico dos povos indígenas e um banco de dados inicial dos atores sociais a serem convocados para os espaços de trabalho (oficinas de planejamento participativo). Com base no exposto, o SEP do projeto será atualizado.	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a população beneficiária. - Coleta de informações secundárias de povos indígenas. - Compilação/atualização de informações de contato de organizações indígenas, representantes, líderes, entre outros atores identificados como partes interessadas importantes, incluindo grupos de mulheres e jovens.
Chamada para inscrições a os atores-chave identificados	Garantir a Participação efetiva das principais partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de datas e local para o Workshop de Planejamento Participativo com os povos indígenas. - Elaboração de chamadas para propostas, incluindo material informativo culturalmente apropriado. - Envio da chamada para propostas e acompanhamento.
Preparação y planejamento interno (PMU e parceiros) do Workshop planejamento	Definir em conjunto o plano de trabalho plano de trabalho do Workshop no planejamento com el pueblo	A PMU, com a liderança do profissional de salvaguardas projeto, eles apresentarão ao

	Os povos indígenas prioritizados, incluindo a definição da metodologia participativa e das ferramentas de trabalho culturalmente apropriadas, e a proposta inicial para a análise dos possíveis impactos e oportunidades que serão enfrentados pelos povos indígenas. A comunidades, dependendo da implementação do projeto e/ou subprojeto, e medidas propostas pela equipe técnica para mitigar e/ou reduzir possíveis impactos negativos.	parceiros as seguintes informações para feedback e validação: - Análise de mapeamento das partes interessadas. - Diagnóstico dos povos indígenas. - Proposta metodológica (incluindo agenda e ferramentas de trabalho) do Workshop de Planejamento com povos indígenas. - Identificação das principais questões a serem abordadas com os povos indígenas, inclusive questões fora do escopo do projeto. - Matriz de possíveis impactos e oportunidades/benefícios do projeto e/ou subprojeto. - Medidas de mitigação previstas.
Workshop de planejamento participativo com povos indígenas	Identificar de maneira participativa com os povos indígenas as diretrizes e ações estratégicas para o Plano dos Povos Indígenas.	- Inauguração do workshop. - Explicação do objetivo, da metodologia, dos horários e das ferramentas de trabalho. - Apresentação das informações coletadas pela equipe do projeto, em termos de questões-chave, as questões-chave, riscos, oportunidades e medidas de mitigação propostas, para feedback e ajustes, considerando as contribuições dos povos indígenas. - Sessão de trabalho no planejamento para priorizar problemas, definir objetivos, riscos e soluções como componentes-chave do IPP. Essa sessão pode ser conduzida em subgrupos de trabalho, de modo a garantir que o ouça o diferentes vozes dos povos indígenas.
Preparação do IPP	Preparar e aprovar o IPP pelo Comitê Diretor, com base nos resultados do Workshop de Planejamento.	- Compilação e análise dos resultados do Workshop de Planejamento. - Elaboração do IPP. - Apresentação do IPP ao Comitê Diretor do Projeto. - Aprovação final do IPP.
Workshop de validação	Envie o IPP aprovado para o respectivos povos povos indígenas,	- Inauguração do workshop.

	para validação e posterior assinatura das atas de compromisso.	- Apresentação e discussão do IPP. - Validação do IPP. - Assinatura do ato de compromisso.
--	--	--

Cada IPP deve incluir, no mínimo, as seguintes seções:

- a. Os resultados da avaliação social, incluindo a estrutura jurídica nacional e internacional relacionada aos povos indígenas e as informações demográficas e sociais da área de implementação das atividades e/ou subprojetos;
- b. O processo de socialização e participação livre e informada realizado com povos indígenas (oficina de planejamento e oficina de validação);
- c. Medidas adicionais que podem ser necessárias para reduzir, evitar ou compensar os efeitos adversos sobre os povos indígenas e para que o subprojeto lhes traga benefícios econômicos e sociais culturalmente e de gênero apropriados, relevante;
- d. Recomendações para a realização das diferentes atividades destinadas a garantir a participação livre e informada dos povos indígenas durante a implementação, o monitoramento e a avaliação do subprojeto;
- e. Acordos formais firmados com os povos indígenas e/ou suas organizações (como Atos de Compromisso);
- f. Estimativas de custo, plano de financiamento, cronograma e funções e responsabilidades para a implementação do plano.
- g. Mecanismos e padrões de referência adequados para monitorar, avaliar e relatar a implementação do plano.
- h. Descrição do mecanismo para lidar com reclamações, reivindicações e resolução de conflitos.

8.3 Mecanismo de monitoramento participativo e disseminação do IPP

É importante destacar que cada PPI deve ter um mecanismo de monitoramento participativo para garantir o cumprimento adequado dos compromissos adquiridos por meio dos PPIs e para facilitar ajustes ou reforços nas atividades planejadas, com os atores e beneficiários participando do acompanhamento e da avaliação do Projeto.

Nesse , os objetivos desse mecanismo também serão os seguintes

- (i) Analisar continuamente o progresso do subprojeto para verificar o cumprimento das atividades e metas alcançadas.
- (ii) Identificar dificuldades e implementar os ajustes ou ações necessários para atingir os objetivos estabelecidos no IPP.
- (iii) Medir a conformidade com as metas e os objetivos propostos.

Para monitorar a implementação do IPP, serão agendadas reuniões, visitas e/ou entrevistas com as principais partes interessadas. O progresso e os ajustes ao IPP também serão informados ao Banco Mundial nos relatórios semestrais do projeto.

Além disso, cada IPP será divulgado por meio de organizações de povos indígenas no nível apropriado (nacional, regional ou local) e será publicado no site do projeto. Eles também poderão ser divulgados por meio de organizações indígenas e organizações da sociedade civil relevantes. Por fim, considerando que o acesso à mídia eletrônica pode ser limitado, além do uso dessa mídia, cópias impressas em espanhol, português e/ou idiomas indígenas serão disponibilizadas para o de consulta do PPI, conforme necessário e acordado.

9. Mecanismos para lidar com reclamações, reivindicações e resolução de conflitos

Para tratar de dúvidas, preocupações e reclamações que possam surgir durante a preparação e a implementação do Projeto, haverá um Mecanismo de Queixas e Reclamações - MAQR, com o objetivo de fortalecer a participação direta das partes interessadas. O MAQR também vinculará o WCS e os Mecanismos Globais de Reparação de Queixas do próprio BM, e sua implementação é concebida como um processo de melhoria que será aperfeiçoado em seu desempenho. Nesse sentido, o objetivo do MAQR é fornecer um mecanismo para que as pessoas ou comunidades afetadas, os povos indígenas e outros com conhecimento das circunstâncias possam fazer reclamações e queixas de boa-fé sobre os impactos do Projeto; fornecer uma estrutura para garantir que as reclamações e queixas sejam tratadas, respondidas e documentadas de maneira justa e oportuna. também fornecerá insumos para melhorar a implementação e os resultados do projeto e evitará conflitos ao atender às reclamações e sugestões em tempo hábil, sempre agindo de acordo com os seguintes princípios:

- Liberdade de expressão,
- Respeito à cosmovisão dos povos indígenas,
- Transparência e acessibilidade, fortalecendo as rotas de participação das partes interessadas e fornecendo informações publicamente acessíveis sobre as questões abordadas pelo MAQR,
- Legitimidade, fornecimento de segurança e fortalecimento da governança,
- Equidade, com ênfase em grupos vulneráveis com menos oportunidades, como povos indígenas e afrodescendentes, mulheres, jovens, entre outros.
- Reconhecimento das exigências dos povos indígenas em termos idioma, garantindo o processamento de suas reclamações e/ou reivindicações se forem feitas em seus próprios idiomas.

9.1 Princípios

Para os fins do MAQR, uma queixa e uma reclamação significam uma apresentação de boa fé de uma reclamação sobre o Projeto e suas atividades que haja motivo razoável para esteja contribuindo ou causando abusos de direitos humanos ou violações dos direitos humanos de indivíduos ou comunidades³⁴. É importante observar que elas podem ser feitas de forma anônima, e informações não públicas, sensíveis e/ou pessoalmente identificáveis serão tratadas como confidenciais na medida do possível, dependendo das circunstâncias. Nos casos em que a apresentação de uma reclamação e denúncia envolver risco para o denunciante, a WCS responderá de forma a proteger sua privacidade e garantir a confidencialidade das informações fornecidas, ao mesmo tempo em que permite a reparação adequada de quaisquer denúncias apresentadas. Em determinadas circunstâncias, a WCS pode ser legalmente obrigada a divulgar informações fornecidas de acordo com o MRA.

O MAQR estará disponível para qualquer parte interessada em qualquer momento durante o ciclo de vida, conforme definido no capítulo 3 deste documento. A Unidade Coordenadora do Projeto - UGP será responsável pela socialização do MAQR para as diferentes partes interessadas, com atenção especial às comunidades indígenas e locais e outras populações vulneráveis, nos diferentes espaços de trabalho conjunto que serão realizados desde o início da implementação do Projeto.

³⁴ O termo "direitos humanos" refere-se aos direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e descritos nas políticas da WCS.

9.2 Mecanismos para registrar uma reclamação e uma queixa

Para iniciar o processo, estarão disponíveis os seguintes canais de acesso, que serão socializados entre as partes interessadas:

- (i) recepção pessoa a pessoa, por meio dos líderes e representantes das organizações e sistemas de governança dos povos indígenas e comunidades locais, que, por sua vez, apresentarão o caso à , contribuindo assim para um feedback ajustado à cultura e aos costumes dos povos indígenas e afrodescendentes para a resolução de divergências. Nesse ponto, é importante destacar que os líderes e representantes serão treinados e vinculados ao funcionamento do MAQR, e a tradução e/ou o acompanhamento de intérpretes também serão considerados, se necessário;
- (ii) O projeto permitirá o envio de queixas e reclamações por escrito por e-mail e/ou por meio sites do projeto e das entidades parceiras, que serão definidos antes do início das atividades do projeto. O site do projeto terá um link chamado "Fale conosco", que hospedará um formulário para qualquer parte interessada inserir suas reclamações e reivindicações. Uma vez inseridas, será gerada uma resposta automática confirmando o recebimento da solicitação, gerando um número de arquivo e informando que uma resposta será fornecida em um período não superior a 15 dias úteis. Esse mecanismo também permitirá que a identidade dos indivíduos seja protegida, pois não é obrigatório preencher os campos de nome, carteira de identidade e local;
- (iii) via telefone, para as linhas estabelecidas para esse fim e que serão definidas antes do início das atividades do projeto.

Para que seja possível avançar na respectiva investigação e gerar uma resposta adequada de forma personalizada, as seguintes informações são necessárias:

- Nome(s), afiliação(ões), endereço(s) e outras informações de contato da(s) pessoa(s) que fez(aram) a reclamação e queixa e/ou de seu(s) representante(s). Os representantes devem identificar a(s) pessoa(s) em nome da(s) qual(is) a queixa e reclamação foi registrada e fornecer evidências de sua autoridade para representar essa(s) pessoa(s). Em qualquer caso, reitera-se que o denunciante pode permanecer anônimo. No entanto, é importante observar que a denúncia anônima pode limitar a capacidade das entidades parceiras de investigar e responder adequadamente à denúncia e à queixa.
- Uma descrição dos fatos, circunstâncias e eventos específicos que deram origem à reclamação e à queixa: local, data, hora, nomes e descrições das pessoas envolvidas, declarações feitas, incluindo citações exatas sempre que possível, ações observadas ou testemunhadas e nomes ou descrições de quaisquer testemunhas. Quanto mais específicas e detalhadas forem as informações fornecidas, mais completa e eficaz será a investigação e a resposta.
- Uma explicação do dano sofrido e de como os direitos de um indivíduo ou comunidade foram violados. O relator de uma reclamação ou queixa pode fazer referência a códigos de conduta, padrões, políticas ou outras estruturas relevantes para o caso e, quando aplicável, deve descrever quaisquer esforços para resolver o caso por meio de outros mecanismos de reparação disponíveis.
- Uma descrição do reparo solicitado, quando relevante ou apropriado.

9.3 Tratamento de reclamações e queixas

Assim que um caso é recebido, ele é encaminhado à PMU, que desenvolverá um plano de revisão adequado ao local, à natureza, à gravidade e à complexidade da reclamação e da queixa. Esse plano definirá o processo de investigação e resposta, incluindo as seguintes etapas (Figura 2):

- i. **Investigação:** Todas as queixas e reclamações serão classificadas em duas categorias principais: "*Corresponde ao Projeto Putumayo-Icá*" ou "*Não corresponde ao Projeto Putumayo-Icá*", sendo essa classificação de responsabilidade da UGP, chefiada pelo Diretor/Coordenador do Projeto e pelo especialista social e de salvaguardas. Os casos classificados como "*Corresponde*" serão reclassificados nas seguintes categorias, de acordo com sua natureza:
 - *Solicitação de informações:* refere-se a abordagens que levantam questões sobre responsabilidades ou datas de implementação de atividades,
 - *Compromissos assumidos pelo Projeto,* referentes à aplicação dos protocolos ou planos estabelecidos para a implementação das diferentes atividades do Projeto, tais como Workshops, Treinamento, Assistência Técnica, Atividades de Intervenção, Monitoramento e Acompanhamento.
 - *Conformidade* com os padrões sociais e ambientais do projeto e com a Gestão Ambiental e Social,
 - *Desempenho institucional,* que reúne todas as sugestões recebidas em relação ao desempenho das instituições parceiras do Projeto.Por outro lado, as reivindicações que forem consideradas falsas, frívolas ou apresentadas com intenção maliciosa serão classificadas como "*Não Aplicável*" e rejeitadas e excluídas de outras considerações, e as partes envolvidas serão notificadas da determinação feita, levando ao respectivo encerramento do caso. A investigação pode incluir entrevistas com o pessoal do Projeto, testemunhas e pessoas afetadas (na medida do possível e apropriado), análise da documentação relevante e outros materiais, tirar fotografias e outras coletas de informações para determinar a base factual do caso.
- ii. **Documentação:** todos os casos processados de acordo com o MAQR serão documentados e rastreados. Os resultados da investigação e quaisquer recomendações para resolução ou ação corretiva serão documentados por escrito.
- iii. **Comunicação:** O denunciante será notificado de que a reclamação foi recebida, e um ponto de contato será identificado. Na conclusão da investigação, os resultados da investigação e as ações relevantes serão comunicados por meio dos mecanismos que o reclamante informou para receber uma resposta. No caso de povos indígenas, isso será feito por meio de suas organizações e/ou representantes, conforme acordado e/ou declarado pelo reclamante.
- iv. **Monitoramento:** se recomendado no relatório de investigação do caso, a WCS monitorará a implementação das ações corretivas tomadas e documentará o progresso.

Para qualquer reclamação apresentada, a resposta não deverá exceder 15 dias úteis. Em caso de atraso, as partes interessadas deverão ser notificadas, explicando os motivos do atraso e o prazo para resposta.

De acordo com a natureza do caso, a UMP avaliará a viabilidade de e diretamente. Se necessário, a UMP poderá recorrer a entidades parceiras para complementar a resposta a uma queixa e reclamação ou reatribuí-la diretamente, cabendo, neste último caso, à entidade parceira assumir o processo e dar a respectiva resposta nos prazos definidos, informando sempre a UMP. Por outro lado, se a gravidade do caso assim o justificar, o Diretor do Projeto poderá convocar extraordinariamente

ao RSC³⁵, para o qual deve ser enviada toda a documentação necessária para embasar a tomada de decisão.

De qualquer forma, as comunidades e os indivíduos de povos indígenas que se sentirem afetados adversamente por um projeto apoiado pelo Banco Mundial também podem apresentar suas reclamações diretamente ao Banco por meio do Mecanismo de Reparação de Queixas pelos seguintes canais:

- Por e-mail: grievances@worldbank.org
- Por fax: +1.202.614.7313
- Por correio: Banco Mundial, Grievance Redress Service, MSN MC10-1018, 1818 H Street Northwest, Washington, DC 20433, EUA.

Por fim, é importante observar que a PMU, em todos os casos, deve documentar todo o processo de uma reclamação e queixa, gerar o respectivo relatório para o RSC e consolidar as informações nos relatórios semestrais enviados ao BM.

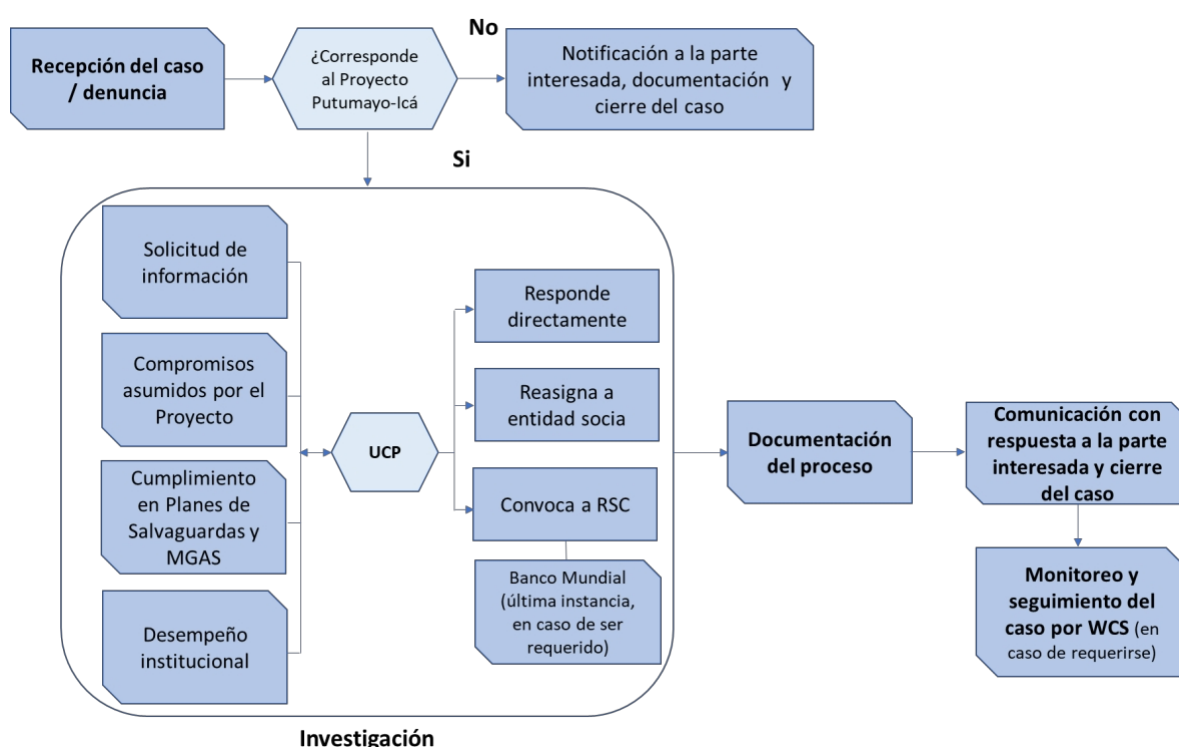


Figura 2: Diagrama de análise, resposta e encerramento de queixas e reclamações recebidas MAQR do Projeto Putumayo-Icá.

³⁵ Como parte dos arranjos institucionais do Projeto, o RSC será pela supervisão geral do Projeto e será composto pontos focais operacionais do GEF de cada país ou por seus delegados (SEMA no caso do Brasil) e a WCS, que atuará como Secretaria do Comitê.

Anexo 1: Caracterização geral povos indígenas da Bacia do Putumayo

Redwood ou Aido Pai:

Eles estão localizados na parte superior da bacia, nos rios Yubineto, Angusilla, Curuya e Putumayo. De acordo com os resultados do Censo Nacional de 2017, 399 pessoas no Peru se identificaram como parte desse povo e 638 pessoas declararam que falam o idioma desde a infância. De acordo com dados do Ministério da Cultura, a população das comunidades Secoya é estimada em 787 pessoas.

De acordo com Mora e Zarzar (citado por MINCULTURA³⁶), os Redwoods são organizados em linhagens por meio da linhagem paterna. Tradicionalmente, os membros de uma linhagem viviam juntos em uma casa multifamiliar, onde o mais velho era considerado o chefe. Hoje, cada vez mais, os Redwoods abandonaram a casa oval multifamiliar para viver em um grupo de casas unifamiliares, que são associadas ao nome de um rio. Tradicionalmente, eles praticam a agricultura de corte e queima. As fazendas comunitárias são extensas e produzem principalmente mandioca, banana-da-terra, milho, feijão, tabaco, abacaxi, pimenta, batata-doce e inhame. A mandioca é uma cultura importante para essas pessoas porque elas obtêm mandioca, fariña, masato e amido, produtos essenciais para sua dieta. Parte do excedente de sua produção agrícola é comercializada, como milho, banana e feijão, bem como carne de animais selvagens e peles. Além da agricultura, os Redwoods têm tido a caça, a pesca e a coleta como atividades econômicas importantes.

Desde 2013, há um alfabeto oficial³⁷ acordado com representantes do povo Secoya e há dois tradutores e intérpretes registrados pelo Ministério da Cultura. De acordo com Belaúnde (citado por MINCULTURA), o território para os Secoya é uma criação da divindade conhecida como Ñañë, que se refere à "lua".

Murui - Muinani ou Huitoto:

Os Murui-Muinani vivem na Amazônia peruana e colombiana. No Peru, eles são encontrados principalmente em Loreto, ao longo dos rios Putumayo, Napo e Amazonas. De acordo com o Censo Nacional de 2017, no Peru, 905 pessoas se identificam como parte do povo Murui-Muinani em nível nacional; e 416 pessoas declaram que falam o idioma Murui-Muinani desde a infância. De acordo com o Ministério da Cultura, a população Murui-Muinani é de 1.889 pessoas.

As atividades tradicionais são a agricultura de corte e , a caça de subsistência e a pesca. Entre as culturas mais importantes estão a mandioca amarga, a banana-da-terra, o milho, o amendoim, a batata-doce e a abóbora. O peixe, além da mandioca, é uma importante fonte de alimento. Há algumas décadas, os Murui-Muinani começaram a criar aves e pequenos animais para complementar sua dieta e, de acordo com Mora e Zazar (citados pela MINCULTURA), alguns moradores vendem juta, arroz, milho duro, amendoim e tabaco na cidade de Pebas.

O alfabeto oficial do idioma Murui-Muinani³⁸, está disponível desde 2013 e o Ministério da Cultura registra seis intérpretes e tradutores do idioma. Suas habilidades e conhecimentos incluem

³⁶ Indigenous Database - Arquivo dos Povos Indígenas. Ministério da Cultura. Acessado em 11 de dezembro de 2020 no site do Ministério: <https://bdpi.cultura.gob.pe/pueblos/ocaina>

³⁷ Resolução Diretiva N° 0106-2013-ED de 9 de abril de 2013, Resolução Ministerial N° 303-2015-ED de 12 de junho de 2015 e Resolução Diretiva N° 001-2015-MINEDU/VMGP/DIGEIBIRA/DEIB de 7 de setembro de 2015.

³⁸ Resolução Diretiva N° 0107-2013-ED 9 de abril de 2013, Resolução Ministerial N° 303-2015-MINEDU/VMGP/DIGEIBIRA de 12 de junho de 2015 e Resolução Diretiva N° 001-2015- MINEDU/VMGP/DIGEIBIRA/DEIB de 7 de setembro de 2015 do Ministério da Educação.

que eles são um dos poucos povos indígenas que conhecem a técnica para remover o veneno da mandioca amarga.

De acordo com a AIDSESEP citada pela MINCULTURA), o povo Murui-Muinani mantém um complexo sistema de intercâmbio cultural com os Ocaina e os Bora, que se expressa por meio de festivais e do uso do manguaré, um antigo instrumento de comunicação usado pelas famílias para transmitir mensagens a outras famílias localizadas a vários quilômetros de distância.

Bora, Booraa, Miamuna, Miranha, Miranya:

Eles vivem principalmente na parte nordeste do departamento de Loreto, perto da fronteira com a Colômbia, ao longo dos rios Putumayo, Sumón e Ampiyacu. De acordo com os resultados do Censo Nacional de 2017, no Peru, 1.151 pessoas se identificam como parte do povo Bora nacionalmente; e 748 pessoas falam o idioma. De acordo com o Ministério da Cultura, a população das comunidades Bora é estimada em 781 pessoas.

De acordo com a tradição Bora, o povo é dividido em grupos de descendência, cada um com o nome de uma planta, animal ou objeto. Esses grupos estão relacionados a pontos específicos no território Bora, que constituem seu local de origem como um coletivo.

O povo Bora é especialmente conhecido por sua produção de mandioca amarga ou mandioca venenosa e sua produção de farinha de mandioca. De acordo com o SIL (citado pelo MINCULTURA), além da mandioca, os Bora produzem bananas, abacaxis e outras frutas para consumo e venda. Eles também estavam envolvidos em caça e pesca, comércio de madeira e artesanato. De acordo com Solis (citado pela MINCULTURA), os Bora mantêm relações com empresas de turismo para as quais organizam shows de dança folclórica e obtêm uma importante renda econômica.

Os Bora são tradicionalmente divididos em clãs, que são liderados por um curaca. Essa posição era transmitida hereditariamente de pai para filho primogênito do sexo masculino. De acordo com a AIDSESEP e outros autores (citados pela MINCULTURA), os Bora são caracterizados por uma série de elementos representativos de sua cultura, incluindo a maloca, o manguaré e as pinturas corporais. Na visão de mundo dos Bora, o mundo é a representação de um criador chamado Píívyéji Niiimúhe, cujo nome significa "criador da terra e das coisas que existem". De acordo com o SIL citado na Ficha del pueblo indígena), os Bora tradicionalmente realizavam cerimônias de dança para apaziguar os espíritos, pois, caso contrário, eles poderiam causar doenças e brigas entre as pessoas. Paredes (citado pela MINCULTURA) destaca as práticas ancestrais de saúde e cuidados, inclusive o tratamento de parasitoses, inflamações oculares e dores de ouvido, além de cuidados e proibições para mulheres grávidas. O idioma bora tem um alfabeto oficial³⁹ e há seis tradutores e intérpretes registrados no Ministério da Cultura.

Ocaina, Dukaiya, Dyo'xaiya:

O povo ocaina vive principalmente no departamento de Loreto, perto da fronteira com a Colômbia, ao longo dos rios Putumayo e Ampiyacu. De acordo com o Censo Nacional de 2017, 116 pessoas no Peru se identificam como parte do povo ocaina em nível nacional; e 44 pessoas falam essa língua materna. De acordo com o Ministério da Cultura, a população de duas comunidades Ocaina é estimada em 75 pessoas.

³⁹ Resolução Ministerial Nº 512-2015-MINEDU, 2 de novembro de 2015.

De acordo com Girard (citado por MINCULTURA), os Ocaina eram tradicionalmente organizados em clãs, cada um com o nome de animais: queixada, veado e outros; e cada clã tinha um chefe. A partir de 1970, descobriu-se que muitos casamentos dos Ocaina ocorriam com mestiços, Bora e Murui Muinani, de modo que um setor da população Ocaina se assimilou a comunidades de outros povos indígenas e a língua Ocaina se perdeu.

Tradicionalmente, eles se dedicavam à caça, à pesca e à agricultura de subsistência. Seus principais produtos incluem mandioca (doce e venenosa), milho, abacaxi e amendoim.

O Ministério da Educação considera que esse idioma está correndo sério risco porque é falado apenas por adultos mais velhos. Há um alfabeto oficial⁴⁰ padronizado pelo Ministério da Educação, e o Ministério da Cultura tem dois tradutores e intérpretes registrados para esse idioma.

Suas práticas ancestrais incluem a fabricação e o uso do manguaré e a celebração de festivais em que cantam para a jiboia.

Ticuna:

Tradicionalmente, o povo Ticuna se estabeleceu nas duas margens do rio Amazonas, Mayoruna e Yaguas, perto da fronteira peruana com a Colômbia e o Brasil. No Peru, eles estão localizados principalmente em Loreto. De acordo com o Censo Nacional de 2017, no Peru, 3.391 pessoas se identificam como parte do povo Ticuna, 4.290 falam o idioma como língua materna e o Ministério da Cultura estima a população das comunidades Ticuna em 9.492 pessoas.

O nome Ticuna se refere ao costume dos Ticuna de pintar seus corpos de preto com um corante natural da árvore genipa, o huito. Um dos rituais mais conhecidos povo é o chamado rito da puberdade das mulheres, que os Ticuna celebram até com algumas atualizações (de acordo com Goulard, citado pela MINCULTURA). O rito consiste em deixar de lado a jovem após sua primeira menstruação, enquanto sua família trabalhava durante meses para colher alimentos e preparar o masato para a celebração. A cerimônia incluía música, decorações e pintura corporal com huito para a menina, além de dança, bebida e comida para os presentes.

O Ministério da Educação o considera um idioma vital, mas está em perigo de extinção. O povo Ticuna padronizou seu alfabeto⁴¹ e o Ministério da Cultura tem atualmente dois tradutores e intérpretes Ticuna registrados.

Yagua, Yihamwo ou Nihamwo:

O povo Yagua vive principalmente no departamento de Loreto, na área de fronteira com a Colômbia e o Brasil, ao longo dos rios Putumayo, Ampiyacu e Amazonas. De acordo com os resultados do Censo Nacional de 2017, no Peru, 1.843 pessoas se identificam como parte do povo Yagua, 712 aprenderam o idioma como língua materna e o Ministério da Cultura estima a população das comunidades Yagua em 10.119 pessoas.

⁴⁰ Resolução Diretiva N° 003-2016-ED de 19 de dezembro de 2016, Resolução Ministerial N° 040-2017-MINEDU de 11 de janeiro de 2017 e Resolução Ministerial N° 063-2017-MINEDU de 20 de janeiro de 2017.

⁴¹ Resolução Diretiva N° 004-2017-MINEDU/VMGP/DIGEIBIRA-DEIB de 12 de outubro de 2017, Resolução Ministerial N° 730-2017-MINEDU de 28 de dezembro de 2017 e Resolução Ministerial N° 730-2017-MINEDU de 28 de dezembro de 2017.

O nome Yagua, de acordo com alguns autores, vem do quíchua yawar, que se refere ao costume de pintar o corpo com achiote e autopercepção Yagua, que se consideram vermelhos.

Como parte de sua cosmovisão, os Yagua consideram a água como seu elemento totêmico, pois ela é considerada a fonte da vida. A importância desse elemento se reflete no ritual de nascimento, qual a mãe dá à luz ajoelhada em um leito de folhas próximo ao curso d'água. Da mesma forma, o banho dos homens Yagua no rio era considerado uma estratégia para evitar que os animais de caça se esgotassem (ACITAM 2008 citado por MINCULTURA).

É uma das cidades com maior participação nos circuitos turísticos do departamento de Loreto, já que muitas comunidades estão localizadas perto de Iquitos. Eles participam dessa atividade por meio da representação de seus costumes tradicionais, como a dança, a música, o artesanato e o uso da zarabatana. Suas roupas tradicionais feitas com folhas de palmeira e a elaboração de instrumentos de caça são algumas de suas atrações.

O idioma Yagua é considerado ameaçado de extinção porque não está sendo transmitido às gerações mais jovens. Não existe um alfabeto oficial, mas a educação intercultural bilíngue é oferecida em 38 instituições educacionais no Peru. Há um alfabeto padronizado⁴² e seis tradutores e intérpretes registrados pelo Ministério da Cultura.

Maijuna, Orejón, Maijiki:

O povo Maijuna vive principalmente no departamento de Loreto, ao longo dos rios Paranapura, Carhuapanas e Huallaga. De acordo com os resultados do Censo Nacional de 2017, há 197 pessoas no Peru que se identificam como parte do povo Maijuna; e pelo idioma ou língua materna com a qual aprenderam a falar na infância, há 121 pessoas. De acordo com dados obtidos pelo Ministério da Cultura, a população das comunidades Maijuna é estimada em 278 pessoas.

São conhecidos como orejones porque os homens Maijuna costumavam usar um ornamento que inseriam nos lóbulos das orelhas, consistindo em um pedaço redondo de madeira topa, decorado com uma mistura de cal e com um pedaço de semente no centro, no qual eram esculpidos círculos concêntricos. Esse ornamento simbolizava a identificação com seu herói Maineno e era um sinal de dignidade e de ter alcançado o status de adulto (de acordo com Bellier e Chirif citados por MINCULTURA).

De acordo com o Ministério da Educação, é um idioma que corre sério risco de extinção porque não está sendo transmitido às gerações mais jovens. O alfabeto Maijiki é padronizado e o povo tem 3 intérpretes e tradutores registrados no Ministério da Cultura. O povo Maijuna participou do processo de consulta prévia para a criação da Área de Conservação Regional Maijuna-Kichwa.

Cocama, Kokama, Ucayali, Xibitaoan, Huallaga, Pampadeque, Pandequebo ou Omagua: O povo indígena Cocama tem suas raízes no território brasileiro, de onde migraram para o território peruano e colombiano. Atualmente, estão localizados na Amazônia brasileira, nas províncias de Maynas, Yurimaguas, Caballococha e Ucayali, em Loreto; também no trapézio amazônico colombiano, nos municípios de Tarapacá e Letícia; na Ilha de Ronda e na

⁴² Resolução Diretiva N° 005-2015-MINEDU/VMGP/DIGEIBIRA/DEIB de 3 de novembro de 2015 e Resolução Ministerial N° 536- 2015-MINEDU de 23 de novembro de 2015.

O grupo de trabalho de San José del Río, em Puerto Nariño, e nas comunidades de Siete de Agosto e San Juan de Atacuari.

De acordo com o Censo Nacional de 2017, no Peru, 10.762 pessoas se autoidentificam como parte do povo Cocama; 1.185 pessoas aprenderam o idioma como língua materna; e, de acordo com o Ministério da Cultura, a população das comunidades desse povo é estimada em 37.053 pessoas. Na Colômbia, de acordo com o DANE, o número de membros desse povo 792 pessoas; embora a Organização Nacional Indígena da Colômbia - ONIC⁴³ estime sua população em 2204 indivíduos dispersos em vários departamentos do país, incluindo Amazonas, Cauca, Córdoba, Cundinamarca, Guajira, entre outros. A maior concentração da população desse povo encontra-se no município de Leticia - Amazonas, com um total de 1.413 indígenas, seguido pelo município de Puerto Nariño - Amazonas, com um total de 659 pessoas.

Devido à sua interação prolongada com um ecossistema de planície de inundação e sua grande adaptação a ele, os Cocama desenvolveram diferentes ferramentas e técnicas de pesca, que hoje são um patrimônio herdado de seus ancestrais. Embora o povo tenha uma grande população, o idioma está praticamente extinto e é falado apenas pelas gerações adultas, embora tenham sido desenvolvidas iniciativas no Peru para reverter esse processo, ensinando-o às crianças. O alfabeto foi aprovado⁴⁴ e há sete tradutores e intérpretes registrados no Ministério da Cultura.

Resígaro ou Resigero:

O povo Resígaro estava inicialmente localizado na área entre os rios Caquetá e Putumayo, em território colombiano. Com o tempo, eles migraram para o território peruano e hoje vivem principalmente no departamento de Loreto.

Os Resígaro foram vinculados aos povos Bora, Murui-Muinani e Ocaina, e muitas famílias foram integradas a comunidades do povo Ocaina e a comunidades mestiças, de modo que não há informações demográficas detalhadas disponíveis. De acordo com o Censo Nacional de 2017, foi identificada 1 comunidade Resígaro no Peru; de acordo com o Ministério da Educação, 1 pessoa declarou falar o idioma; e os dados obtidos pelo Ministério da Cultura indicam que a população é de 7 pessoas. O resígaro é um idioma seriamente ameaçado de extinção devido ao pequeno número de falantes. Atualmente, não há alfabeto oficial, nem tradutores e intérpretes registrados pelo Ministério da Cultura.

Kichwa:

O povo Kichwa tem suas origens em vários povos indígenas da Amazônia peruana, que, por meio da ação de missionários evangelizadores e de invasões, adotaram o quíchua como língua principal, embora se saiba que já tempos pré-hispânicos os incas iniciaram a difusão dessa língua em áreas da Amazônia. Dentro do escopo do projeto, essa aldeia está localizada perto dos rios Napo, Pastaza e Tigre, no departamento de Loreto.

De acordo com o Ministério da Educação, o kichwa amazônico ou quíchua e suas variedades continuam sendo vitais. Dos 14 intérpretes registrados pelo Ministério da Cultura que falam a variedade kichwa, cinco são do rio Pastaza, um do rio Tigre e dois do rio Napo.

⁴³ Acessado em 08 de janeiro de 2021, em <https://www.onic.org.co/>

⁴⁴ Resolução Diretiva N° 029-2014-MINEDU/VMGP/DIGEIBIR de 15 de dezembro de 2014 e Resolução Ministerial N° 303-2015-MINEDU de 12 de junho de 2015.